

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 20 DE AGOSTO DE 2015

NÚMERO 6.875

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Patrício Destro - Presidente
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 062ª Sessão Ordinária realizada em 05/08/2015 2</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 15 Avisos de Licitação 15 Ofícios..... 15 Portarias..... 16 Propostas de Emenda Constitucional..... 16 Projetos de Lei 17 Projeto de Lei Complementar... 23 Redações Finais 23</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jean Leutprecht - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Nikolas Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A partir desse momento presidirá a sessão o deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, muito obrigado por ontem ter estado em Brusque. Seguramente sua visita é fator para apoiar as iniciativas dos brusquenses. Também contamos com a visita do governador, do secretário João Paulo Kleinübing e do deputado Jean Kuhlmann. Muito obrigado por suas presenças.

Eu queria aqui, inicialmente, saudar o prefeito de Vidal Ramos, sr. Laércio da Cruz; o vereador Ivonésio Hech; saudar mais uma vez o nosso secretário de estado da Saúde, que tem se motivado e empenhado muito para melhorar a questão da saúde em Santa Catarina com os mutirões que têm realizado, apesar de o governo federal, neste ano, não ter pagado nenhum procedimento eletivo, sendo bancados praticamente todos pelo estado. O estado pagou os procedimentos do ano passado e deste ano quase todos em dia. E Santa Catarina ainda não recebeu esse recurso para honrar o compromisso com os hospitais, que estão numa dificuldade financeira muito grande.

Mas, quero mais uma vez cumprimentar o secretário João Paulo Kleinübing que se tem empenhado muito para resolver essa situação.

Quero ater-me, srs. deputados, no desenvolvimento econômico do estado, da nação, no financiamento de todas as grandes questões sociais: Segurança, Educação e Saúde.

E na verdade, falando em Santa Catarina, temos muitas iniciativas. Existem recursos e muita vontade do povo catarinense de investir, de progredir nos seus negócios. As empresas têm recursos para fazer investimentos, mas muitas vezes esbarram na falta de infraestrutura, porque não tem como o cidadão, o empresário, com recurso privado, sozinho, fazer esse tipo de investimento, a não ser que o governo federal faça. Aí nós citamos a questão das rodovias, das ferrovias, dos portos, dos aeroportos, a questão da energia, a segurança jurídica, a internet, o telefone. Se observarmos item por item, é uma infraestrutura indispensável justamente para que o empresário, para que a iniciativa privada possa investir e com isso movimentar a economia.

O nosso telefone dia a dia é ruim. A internet a mesma coisa, e também a nossa segurança jurídica e as nossas rodovias, como

por exemplo, a BR-470, que é indispensável para o transporte do progresso de todo o estado de Santa Catarina em direção ao porto de Itajaí, ao porto de Navegantes, da Portonave, e a outras regiões aqui do litoral que integram o estado com todo o litoral norte, além do vale inteiro do rio Itajaí. Quer dizer, nós temos uma rodovia que está praticamente igual como era há 30 anos, sem nenhuma melhoria efetiva que, além de travancar o desenvolvimento ainda é motivo de muitos acidentes, de perdas incontáveis de vidas.

E nós que passamos com muita frequência vemos a obra entre Blumenau e Navegantes entre Blumenau e a ponte de Navegantes em um ritmo lerdo, lento. Mas, além disso, outras obras também estão paradas. Citamos aqui a ponte de Gaspar, a ponte de Ilhota que, praticamente, está parada há mais de um ano. E por que não rende? Estivemos vendo em Gaspar, por exemplo, a ponte deveria ter sido concluída em dezembro de 2013.

Mas em novembro do ano passado a empresa Aterpa, responsável pela construção, retirou o canteiro de obras por falta de pagamento.

Em Ilhota, onde temos a ponte, a prefeitura e o Departamento Estadual de Infraestrutura, o Deinfra, alegam que a obra seguirá passos muito lentos, até que o governo federal repasse via DNIT, o equivalente a aproximadamente R\$ 10 milhões. Ou seja, as duas obras estão paradas há muito tempo por falta de repasse do governo federal, sendo que o nosso estado é muito merecedor dessas obras, de outras tantas que iniciaram e não estão andando e de muitas outras que são sonho dos catarinenses e não estão acontecendo.

De acordo com o prefeito de Gaspar, Pedro Celso Zuchi, o município aguarda que o ministério das Cidades libere R\$ 5,2 bilhões, correspondentes à parte do trabalho já executado, até que dentro dos R\$ 14 bilhões empenhados pelo governo federal faltaria pagar apenas esses R\$ 5,2 bilhões. E segundo o prefeito de Gaspar, com esse pagamento a empresa retomaria as obras. O custo total daquela ponte de Gaspar que faz a interligação entre a BR-470, na margem esquerda do rio Itajaí-Açu e a Jorge Lacerda, será de R\$ 43 milhões, dos quais foram pagos R\$ 22 milhões, sendo que R\$ 14 milhões foram quitados pelo governo federal e R\$ 6 milhões da contrapartida do município de Gaspar. Por enquanto, 80% da obra já está concluída, porém, o que é totalmente inútil pois não pode ser utilizada.

Queremos destacar a importância econômica da BR-470, da Jorge Lacerda, o vale do rio Itajaí e, seguramente essa rodovia que todos sonhamos ver duplicada, que está num ritmo extremamente lento. Talvez em três ou quatro anos possamos ver a duplicação entre Blumenau e Navegantes, mas de Blumenau a Indaial, que também é uma região de movimento e que dá uma contribuição industrial muito grande para nosso estado, aquelas iniciativas, seguramente estão sendo bloqueadas em parte, pelo menos, pela falta de infraestrutura, principalmente a rodoviária.

Nós que sonhamos com mais ferrovias, com a melhoria dos nossos portos e de um conjunto de ações de infraestrutura de diversos setores, infelizmente vemos que os

investimentos são pequenos. Até mesmo essa concessão que o governo federal fez, está fazendo ou vai fazer com essa parceria com a iniciativa privada ainda vemos que é muito pequena diante das grandes necessidades do nosso estado, que tem a vontade, o desejo de investir. Temos recursos, porque aqui o cidadão, o empresário catarinense teria recursos para investir, no entanto fica limitado a fazê-lo justamente por falta de infraestrutura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o prefeito de Bela Vista do Toldo, Gilberto Damaso da Silveira. Agradeço sua presença e desejo que se sinta à vontade nesta Casa.

Quero saudar também a Ana e o Savitsky representantes do Grupo WestRock Company. Não existe mais a empresa MWV Rigeza no estado de Santa Catarina, principalmente em Três Barras. Agora existe o conglomerado WestRock Company que assumiu as ações e com os seus dois representantes presentes na Assembleia Legislativa os recebemos de braços abertos, fazendo com que vocês que representam essa importante empresa estejam bem em nosso meio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Gean Loureiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Obrigado, sr. presidente, quero saudar todos os srs. deputados e as sras. deputadas presentes na nossa sessão, àqueles que nos assistem pela TVAL e Rádio AleSC. Preciso dar uma boa informação para Santa Catarina e para o Brasil, deputado Fernando Coruja.

Hoje, a nossa Academia Catarinense, as nossas universidades tem nomes de expressão que muitas vezes não são aproveitados na gestão pública e em setores que necessitam ter um caráter técnico e acadêmico. Nós tivemos uma informação de relevância para o nosso estado da escolha do professor dr. Luiz Otávio Pimentel para presidir o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

Obviamente que é um Instituto com dificuldades com a escolha de alguém que tenha conhecimento nessa área, alguém que precisa ter um relacionamento, um conhecimento muito específico. E o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, diante de diversas indicações do ponto de vista técnico entendeu que mais um professor da nossa Universidade Federal de Santa Catarina tinha condições de assumir um cargo de relevância no cenário nacional. Mesmo não nascendo em Santa Catarina o professor Pimentel já vive no nosso estado há 30 anos e tem toda uma história em Santa Catarina e faz, assim como o ministro Manoel Dias, que bem representa o estado de Santa Catarina no ministério do Trabalho e Emprego, com que agora tenhamos outro repre-

sentante do nosso estado junto ao governo federal.

É importante trazer um pouco do histórico do professor dr. Luiz Otávio Pimentel, que tem mestrado, doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina e curso de pós-doutorado na universidade da Carolina do Norte na área de propriedade industrial. Hoje ele é a maior referência em todas as pesquisas realizadas e publicações sobre esse tema no Brasil e no mundo. E nós temos a oportunidade de ter um professor do Centro de Ciências Jurídicas, e aqui o nosso deputado Fernando Coruja, que também passou pelas cadeiras de lá, mesmo sendo médico e também um brilhante advogado, teve a oportunidade de conhecer a qualidade dos nossos professores da nossa Universidade Federal que por muito tempo coordenou o curso de pós-graduação em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina, além de muitas bancas e todo o trabalho de pesquisa na área jurídica que é realizado aqui na nossa universidade.

Na próxima terça-feira, no Rio de Janeiro, no auditório da Escola Superior de Guerra, nós vamos ter a posse de mais um representante do nosso estado e da Academia Catarinense, num órgão de relevância como falei para o nosso país. Quero estar lá presente para representar a nossa Assembleia Legislativa e muito mais do que isso, aparentemente uma função desconhecida de todos, mas o que cuida efetivamente o INPI? Na verdade esse instituto tem toda a responsabilidade pelo registro de marcas, patentes, programas que são registrados. E até que ponto isso trás de importância para o desenvolvimento econômico, para a nossa economia, para a segurança, para a inovação e investimentos tecnológicos.

E aqui saúdo o delegado Artur José Régis Neto, que agora participa conosco, representando a Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina, aqui presente.

Qual é a importância que isso tem para a nossa economia? Primeiramente, o registro de marcas é a garantia de um comércio justo diante daquele que sempre defendeu o seu nome e tem a possibilidade de ter a garantia de não ser utilizado em vão uma marca construída com o tempo e dedicação.

Em segundo lugar, a questão dos registros e patentes que vêm em conjunto com isso, deputado Luiz Fernando Vampiro, vem a garantia da inovação tecnológica àqueles que investiram em novas tecnologias, estudaram, pesquisaram, construíram o desenvolvimento científico e tecnológico, muitas vezes, um que é mais rápido utiliza todo aquele tempo em investimento de pesquisa para copiar todo esse trabalho, revender e obter lucros com tudo que foi pesquisado e estudado.

Hoje, só vamos ter novos investimentos de pesquisa na área de tecnologia se tivermos o registro de patente realizado de maneira eficiente no Brasil. Nós não podemos acatar mais, ter um período de, muitas vezes, dois, três, quatro anos para se ter o registro de marca no nosso país.

Temos que valorizar agilidade que é um dos temas que o professor Pimentel pretende realizar frente ao INPI. Deputado Gabriel Ribeiro, o professor Pimentel que assume o INPI, traz uma informação importante para a região de Lages e de Chapecó no que se refere à parceria com as universidades da

China. Ele vai iniciar um trabalho neste estado, presidindo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, de incentivo à inovação tecnológica na região serrana e no oeste catarinense.

Muitas vezes, ter alguém que vive em Santa Catarina trabalhando nesse órgão federal vai permitir que esse centro de inovação possa realmente trazer uma diferenciação para este estado. Nós temos aqui um único funcionário que representa o escritório do INPI, e é muito pouco para o nosso estado, que tanto investe em tecnologia e precisa ter um registro de marcas mais atuante.

Acho que essa escolha, muito mais do que a valorização de um profissional como o professor Pimentel, é a valorização da Academia Catarinense dos nossos professores, do investimento que nós, brasileiros, temos na universidade pública que é a UFSC para o desenvolvimento de toda pesquisa, de toda extensão e de todo ensino que é realizado em Santa Catarina.

Então, trago esse registro aqui cumprimentando o governo federal pela escolha técnica que para o nosso prazer, como catarinense, recai sobre alguém adotado por Santa Catarina há 30 anos e oriundo da nossa Universidade Federal de Santa Catarina. E tenha certeza de que o professor Luiz Otávio Pimentel vai orgulhar ainda mais os catarinenses, a nossa universidade e o trabalho que tem que ser feito ainda para o desenvolvimento e o estímulo à pesquisa científica e às novas tecnologias no nosso Brasil.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Concedo um aparte ao deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Gean Loureiro, quero, primeiramente, enaltecer v.exa. que sempre está preocupado com essas questões da tecnologia e, no caso aqui especificamente, com a questão do registro da propriedade industrial.

Quero aproveitar também este tempo para cumprimentar o sr. Pimentel que foi meu professor de direito na Universidade Federal, inclusive no doutorado, e é uma pessoa absolutamente qualificada, como tantos professores que temos, aliás, no curso de pós-graduação em Direito na UFSC. O impulso começou com o argentino Luis Alberto Warat, e a partir daí desenvolveu-se um celeiro de boas cabeças na Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Obrigado. É óbvio que a Grande Florianópolis nessa escolha teve uma conquista, já que temos como um fator econômico, deputado Manoel Mota, de preponderância aqui as empresas de tecnologia e de conhecimento.

Então, nós temos uma ampla expectativa que isso possa concretizar cada vez mais os avanços e novos investimentos em pesquisa, em inovação no estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, aproveito a oportunidade para apresentar os deputados a análise de uma moção ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, parabenizando pela escolha do professor Pimentel que vai representar bem o estado de Santa Catarina e o Brasil nesse novo desafio frente ao INPI.

Como é bom quando as escolhas que são realizadas acabam tendo um reflexo na

sociedade de maneira positiva. Esse é o desejo que temos.

E não temos dúvidas de que a escolha do professor dr. Luiz Otávio Pimentel para presidir o INPI traz um diferencial para Santa Catarina e para o Brasil, e um orgulho para todos nós, catarinenses.

Parabéns ao professor Pimentel, parabéns a todos os professores, a nossa universidade de Santa Catarina, que revela cada vez mais quadros para ajudar a nossa sociedade em funções de grande importância no nosso Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados.

Nós tivemos hoje a divulgação do MEC das notas do Enem 2014 por escola. E chama a atenção, entre outras coisas, a queda que houve na nota que diz respeito à redação.

Há um problema no país, evidente, relacionado à questão da Educação. Estamos discutindo, inclusive, o Plano Decenal, e é lugar comum se falar que o Brasil precisa investir em Educação.

Mas nós temos alguma coisa errada no nosso país. É um país que investe, em termos absolutos, uma quantidade de dinheiro razoável em Educação, mas os resultados não estão, evidentemente, aparecendo.

O governo não tem conseguido, isto nas várias esferas, pode ser federal, estadual ou municipal, dar as respostas necessárias à população.

Nós estamos percebendo que, ao longo da caminhada, estamos perdendo espaço, e muito espaço, em relação aos países que se desenvolveram rapidamente via educação, como no sudeste da Ásia e em outros locais, e em relação aos países desenvolvidos que continuam. Há crises momentâneas, mas logo suplantam porque têm uma capacidade muitas vezes acumulada, histórica, educacional muito grande.

E por que isso ocorre? É claro que as respostas não são simples, mas quando se faz pesquisas, percebe-se que o interesse da nossa população, de maneira geral, pela educação, é muito pequeno. Quando procuramos, em pesquisas políticas de opinião, quais são os problemas do país, tem desemprego, Segurança, Saúde, mas nunca a Educação é apontada, realmente, como um problema que é preciso mudar e avançar.

Nós temos uma cultura de pouca valorização naquilo que está colocado na divulgação do Enem, hoje, que é a escrita e a leitura. Eu percebo isso.

Por uma questão familiar, a minha mãe, que teve cinco filhos, fez com que todos aprendessem a ler com quatro anos por causa da insistência dela com os livros, que sempre tínhamos em casa.

E eu percebo que quando carrego um livro por aí, muitas vezes, as pessoas acham estranho que se carregue um livro. No Brasil é considerado estranho carregar um livro. Se você entra num ônibus, num metrô, num avião, é estranho alguém estar lendo.

É muito diferente quando se entra num metrô em qualquer país do mundo, onde

80% das pessoas estão sentadas lendo. Aqui é uma estranheza carregar um livro, porque não há uma valorização das pessoas, das famílias, na questão da leitura.

Então, não há governo, talvez, que sustente, porque não é possível. Está aqui a deputada Luciane Carminatti que luta nesta área, mas nós temos uma certa estagnação. Nós tivemos, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Darcy Ribeiro, que foi o grande precursor, um avanço na quantidade.

As pessoas têm mais acesso à escola, essa foi uma política, mas temo eu, e muitos, de que a qualidade da Educação, de maneira geral, que chega à população, não teve a mesma resposta.

Quero fazer aqui quase uma advertência às pessoas para que não esperem nada do governo na educação dos filhos. É preciso que as famílias se interessem pela questão da educação.

Eu até escrevi um pequeno *post*, que publico num *blog*, em que comentava o seguinte: Eu vi na avenida Champs-Élysées, em Paris, uma fila enorme de pessoas para entrar na loja Louis Vuitton. Dezenas de pessoas esperando para entrar na loja. Será que tem essas filas para entrar, por exemplo, nas livrarias? Fiquei até surpreso, porque numa livraria em Paris, que é a Shakespeare and Company, uma livraria famosa onde a geração famosa, chamada Geração Perdida, que morou em Paris frequentemente, que foi a livraria que publicou inclusive Ulisses, de James Joyce pela primeira vez, tinha uma fila também. Quer dizer que o mundo não está completamente perdido. Mas era na Europa!

É preciso que as pessoas, de maneira geral, se interessem, não podemos só culpar o governo. Não adianta ter uma escola em cada esquina, as pessoas terem acesso à escola, - é preciso uma mudança nos valores da nossa sociedade.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentar v.exa pela sua brilhante explanação.

V.Exa. falou em nota baixa na redação. Isso é um sintoma claro de que não há leitura. É fácil compreender. Eu fui professor de português durante vários anos e estudei em Lages, na sua cidade, durante nove anos em dois colégios, e a leitura era obrigatória, a essência do ensino da língua portuguesa era realmente a leitura. Então, esse tema que v.exa. traz é oportuno. E hoje nas mais diversas profissões são cometidos erros de concordância, erros gramaticais e falta de vocabulário nas comunicações exatamente porque não há o hábito da leitura.

Então, se nós criássemos o hábito da leitura nós teríamos percorrido um grande caminho para aprender melhor a nossa língua portuguesa. Por isso, parabéns pelo pronunciamento de v.exa.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não! Essa é a nossa especialista em Educação na Casa.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Primeiramente, quero manifestar a minha gratidão em ouvir essas palavras, porque o

brasileiro lê em média dois livros por ano. V.Exa. compõe altamente essa média, porque tenho certeza de que v.exa. devora livros.

Eu entendo que isso faz parte de uma história cultural brasileira que negou os bens essenciais básicos. Então, acho que a nossa raiz histórica tem a ver com isso. Uma população que passou fome, que passou privação em muitos bens coloca a conhecimento, a cultura, a leitura como um bem supérfluo. Mas entendo que na medida em que esses bens básicos vão sendo atendidos, nós temos que fazer o debate sobre isso.

Achei muito importante a sua manifestação, porque chama atenção a atitude do sujeito e nós precisamos sair dessa esfera só da comodidade. A leitura é uma postura da gente, pois você pode ter um livro de cabeceira, um livro na bolsa para ler. Eu fico muito preocupado que hoje muitas pessoas estão substituindo a leitura pelas redes sociais. A leitura em livro é diferente da substituição em redes sociais.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que é muito importante esse alerta e essa reflexão que v.exa faz.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Fernando Coruja, parabéns pela sua intervenção. Aliás, são raríssimas as ocasiões em que ouvimos falar de literatura nesta Casa tão importante. Eu entendo que todos nós precisamos fazer um gesto, em especial os parlamentares.

Pessoalmente, permita-me dar um testemunho, o estado investiu em mim. Fiz quatro anos de mestrado, quatro anos de doutorado em literatura e perguntei-me: O que posso fazer para retribuir o que o estado, a federação investiu na minha caminhada literária? E assumi o compromisso, e tenho conseguido cumprir nestes últimos quatro anos, de todo ano publicar um livro e distribuir gratuitamente dez mil exemplares para a população catarinense.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Deputado, gostaria de parabenizá-lo. Hoje, no *blog* do Cacau Menezes, li uma informação muito precisa com relação ao investimento da família brasileira em educação. Enquanto a família brasileira gasta R\$ 20,5 bilhões em manicure, pedicure e cabeleireiro; em educação, seja da pré-escolar ao ensino superior, gasta aproximadamente R\$ 17 bilhões. Trata-se de uma pesquisa muito precisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. E dos países avaliados, Singapura está em primeiro lugar, Hong Kong em segundo lugar e o Brasil está na 66ª posição. Então, isso mostra que as prioridades das famílias brasileiras precisam ser redimensionadas e a educação tem que ser valorizada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte. Esses números mostram bem a situação. O governo investe bastante, mas a família brasileira investe pouco, e a revolução deve ser feita por cada um de nós. As pesquisas mostram que as famílias

valorizam, investem pouco na educação. Temos que chamar atenção para esse problema, que talvez seja o foco mais importante. É mais barato do que a ideia de que o governo vai solucionar todos os problemas. O governo está fazendo o seu papel. Está lá o ministro atual trabalhando, mas não sei quanto tempo vai aguentar. É um especialista na área, mas revolucionar a questão da Educação apenas pela via governamental é pouco provável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do Bloco Social Progressista que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

“Sr. presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero reverberar nesta tribuna o evento realizado ontem no centro administrativo, em que estiveram presentes o governador do estado Raimundo Colombo e o secretário de estado da Fazenda Antonio Gavazzoni. Trata-se da edição da série SC Acelerando a Economia, sobre portos catarinenses. Gostaria de dizer que considero muito positiva a divulgação de ações que pretendem resultar numa injeção de R\$ 7 bilhões em investimentos na infraestrutura ligada aos seis portos catarinenses nos próximos três anos.

Não há estado no Brasil com um potencial de crescimento em movimentações portuárias como o nosso, com os terminais de Itajaí, São Francisco do Sul, Itapoá, Navegantes, Imbituba e Laguna, cada um com suas características e mercados voltados a exportação e importação de riquezas que movimentam nossa economia.

Devo destacar a participação da iniciativa privada, já que dez empresas exportadoras e importadoras firmaram protocolos de intenção que incluem a possibilidade concreta de investirem nada menos que dois bilhões e setecentos milhões de reais em nossos portos, contando com incentivos fiscais na contrapartida desses investimentos, o que mostra a agilidade do governo catarinense para costurar acordos em favor de nossa economia.

Contamos com as participações do ministro dos Portos, o deputado federal por São Paulo Edinho Araújo; e da ministra da Agricultura, a senadora por Tocantins Kátia Abreu, ambos do PMDB, que deu mais uma demonstração de apoio à administração do governador Raimundo Colombo.

O mesmo PMDB, que é bom lembrar, criou o governo descentralizado que garantiu a modernização da administração pública em Santa Catarina e vai seguir defendendo o modelo de gestão descentralizada.

O ministro Edinho Araújo, por sinal, reconheceu o esforço catarinense para enfrentar o momento difícil da economia e fazer do limão uma limonada. Não podemos ficar só reclamando, mas temos, sim, que propor

caminhos. A crise é maior para os que estão inertes’, defendeu o ministro Edinho.

O ministro sobrevoou nossos portos pela manhã e reconheceu a estrutura diferenciada que Santa Catarina oferece para dinamizar a economia, hoje totalmente globalizada e dependente do transporte marítimo em larga escala.

Pessoalmente, aproveitei a visita de Edinho Araújo para encaminhar pedido de informações que a comunidade de São Francisco do Sul pretende obter sobre a questão do contorno ferroviário daquele terminal, pois o atual acesso de composições é moroso e dificulta a produtividade portuária, prejudicando também a vida da cidade.

Quero destacar, entre as medidas práticas adotadas pelo governo estadual, a criação de um grupo de trabalho que irá elaborar o zoneamento ecológico-econômico da Baía da Babitonga, que será coordenado pela secretaria de estado do Planejamento, com o apoio da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e a Fundação Estadual do Meio Ambiente - Fatma -, juntamente com a prefeitura municipal de São Francisco do Sul e vários empresários, entre eles o sr. Renato Lobo.”

O Sr. Deputado Nícolas Reis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Nícolas Reis - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. É um prazer enorme ouvi-lo falar sobre um tema de extrema importância para todo o estado de Santa Catarina.

Eu estive, ontem, no Centro Administrativo, mas fiquei muito pouco tempo e sei que o deputado como outros também nos representaram naquele evento, que foi importante do ponto de vista do governo federal demonstrar a sua preocupação, as suas intenções com relação aos investimentos de infraestrutura para todos os portos e terminais portuários catarinenses, pois temos Imbituba, São Francisco do Sul, Itapoá, Itajaí, Navegantes.

E eu usei a tribuna, ontem, para falar dos portos de Itajaí e de Navegantes sobre os desafios que temos, os quais são internos. Nós precisamos da obra das obras, que é a Bacia de Evolução, que é determinante para o nosso desenvolvimento, como também a duplicação da SC-470, igualmente importante para Itajaí; a execução da via portuária e outras obras de infraestrutura. E outra coisa é todos os nossos complexos, terminais privados e públicos em competição com os outros terminais e portos do restante do país.

O novo marco regulatório permitiu que qualquer um que tenha dinheiro faça e execute terminais privados e, hoje, a competição vai se acirrar muito. Então, a preocupação desta Assembleia Legislativa e a de v.exa. são admiráveis e merecem registro. Fico muito feliz de ouvi-lo tratar e se preocupar com um tema de tanta importância para todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado, pelo seu aparte.

(continua lendo.)

“A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, anunciou que o governo federal concluiu levantamento sobre as demandas de reforço

para a fiscalização em portos e aeroportos brasileiros e prepara a realização de concurso para ampliar a fiscalização sanitária também em Santa Catarina.

A ministra anunciou também um programa que prevê a implantação de um sistema de lacre eletrônico para reduzir o tempo de liberação dos contêineres de frigoríficos e, em breve, de soja.

O lacre eletrônico é um chip de identificação que recebe todas as informações da carga na saída do frigorífico. Assim que o caminhão é lacrado, os dados são enviados aos computadores da vigilância agropecuária no porto. Assim, durante o trajeto do caminhão, os documentos são analisados para liberação e, ao chegar ao porto, a carga segue para embarque, o que pode reduzir o tempo no embarque em 57 horas.

A competitividade catarinense também está presente na agilidade para desembarcar cargas, pois a Fazenda estadual libera contêineres num tempo médio de oito minutos após a vistoria da Receita Federal, com a emissão eletrônica de guias de exportação.

De outra parte, com foco distinto ao pronunciamento que desenvolvi até esse momento, devo lamentar, desta tribuna, a paralisação das atividades dos cursos de ensino a distância desenvolvidos pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil e gerenciados na Região Sul pela Universidade Federal de Santa Catarina. A falta de repasses por parte do ministério da Educação causa a suspensão dos cursos em prejuízo a 2.658 alunos matriculados.

Somente em Santa Catarina, estão sem aulas turmas de licenciatura em Matemática, Física, Letras com especialização em Português e Espanhol, de Filosofia, Ciências Biológicas, Contábeis, Economia, Administração e Administração Pública.

Também estão paralisados os cursos de pós-graduação com especialização em gestão pública, gestão de bibliotecas escolares, controle de gestão municipal e gestão em saúde. São alunos de Araranguá, Blumenau, Braço do Norte, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Indaial, Itajaí, Itapema, Joinville, Lages, Laguna, Pouso Redondo, Praia Grande, São José, São Miguel d'Oeste, Treze Tílias, Tubarão e Videira.

A reitora da UFSC, professora Roselane Neckel, encaminhou expediente a várias instâncias do ministério da Educação para alertar sobre a gravidade da situação.

Falta a quitação de recursos ainda do exercício de 2014 devidos à Fapeu, liberação de créditos orçamentários já empenhados, liberação de cartas de recursos referentes a cartas de crédito, verbas de custeio e para desenvolvimento de atividades.

A tesourada passa de R\$ 3,5 milhões desde o ano passado até o segundo semestre deste ano”

E aí fica a pergunta: onde está a Pátria Educadora? Temos certeza que a educação faz parte da vida, não só dos catarinenses, mas de todos os brasileiros.

Mas o problema que enfrentamos em Santa Catarina é, sim, a continuidade desse ensino a distância que atinge mais de 2.600 alunos.

A nossa solidariedade a esses alunos e o pedido para que o governo federal

olhe com carinho para a Educação de Santa Catarina.

Quero reportar-me a minha região, o planalto norte, mais especificamente a nossa rodovia SC-477, para falar do trecho que envolve o município de Canoinhas até o município de Papanduva. Temos 35km de dificuldade na Rodovia SC-477.

Dificuldade essa de trânsito, pois nossa rodovia se encontra em péssimo estado, com buracos enormes que estão causando sérios problemas a nossa população. E daqui a pouco vidas humanas serão ceifadas devido ao precário cuidado com a nossa rodovia SC-477, trecho entre Canoinhas e Papanduva.

Temos certeza de que o nosso secretário João Carlos Ecker fará um projeto para que tenhamos a revitalização desse importante segmento da SC-477, que está sendo reivindicado há muito tempo, não só de Canoinhas a Papanduva, como também de Canoinhas a Doutor Pedrinho, de Moema a Doutor Pedrinho, porque até Moema já temos asfalto, mas queremos que a empresa que está iniciando o asfaltamento de Benedito Novo até Moema agilize as obras para que realmente haja mais celeridade. Só assim poderemos, o mais rápido possível, realizar o grande sonho do planalto norte que é a união do alto vale do Itajaí com o planalto norte. Essa união vai economizar 100km de distância para as pessoas que vêm de Canoinhas a Florianópolis.

Portanto, os caminhões que vêm do oeste e passam por Porto União, Canoinhas, Itaiópolis, para o porto de Itajaí terão um encurtamento na distância a ser percorrida. Terão também mais um desvio importante, não precisando passar por São Bento do Sul, Rio Negrinho, Joinville, onde há acúmulo de veículos e problemas de congestionamento de trânsito.

Fica, portanto, o nosso apelo à secretaria da Infraestrutura, ao Deinfra, para que façam em conjunto uma ação especial para realizar o recapeamento asfáltico da SC-477, que vai de Canoinhas a Papanduva.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação.

Com a palavra o sr. deputado Natalino Lázare por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, primeiramente gostaria de falar sobre um assunto que consideramos muito importante. Esta Casa criou, através da comissão de Agricultura, que tenho a honra de presidir, o Fórum do Agronegócio Catarinense, que congrega todos os organismos ligados à agricultura e ao agronegócio de Santa Catarina. Fazem parte a Faesc, a Fetaesc, a Fegoagro, a secretaria de Agricultura, a Cidasc, assim como diversos sindicatos e associações ligadas a essa classe produtora. E hoje à noite no hotel Castelmair acontecerá a instalação deste fórum e a deliberação a respeito das questões temáticas que serão debatidas nesse importante organismo que estamos criando.

Por isso, reforçamos o convite, não apenas aos srs. deputados membros da comissão de Agricultura desta Casa, mas a

todos os colegas deputados e deputadas para este evento que considero importantíssimo. Afinal, é um canal de comunicação entre este importante setor agrícola que é um dos suportes da economia do estado, do país e da classe política.

Então, pretendemos fazer um trabalho muito forte nesse sentido para valorizar essa classe que tanto produz. Enquanto sabemos que as estatísticas, os números nos mostram que a maioria das indústrias brasileiras neste ano terá um crescimento negativo, nós, no agronegócio, podemos dizer com orgulho que a previsão é de um crescimento positivo. Por isso, precisamos cada vez mais assumir uma postura mais firme no sentido de atender às reivindicações dessas importantes categorias, desse importante segmento que produzem os alimentos, que produzem a comida e faz com que de fato a economia gire e se torne um dos esteios realmente econômico do nosso estado e do país.

E nesse sentido, sr. presidente, gostaria de dizer a v. exa. eu recebi com muita honra, um projeto seu, deputado Padre Pedro Baldissera, que cria a Rota Catarinense da Uva e do Vinho. Eu tenho o prazer de relatar esse projeto na comissão de Agricultura, quero dizer-lhe que fiquei muito satisfeito e honrado de poder fazer o relato desse projeto nessa comissão. Sou plenamente favorável, porque são movimentos, projetos como estes que tornam a nossa agricultura forte, o nosso agronegócio forte. V. Exa. pode ter certeza de que terá por parte deste deputado todo o apoio, todo o empenho para que essa rota entre no trade da economia catarinense, não apenas da uva e do vinho.

Também gostaria de trazer um assunto aqui. Eu li nesta manhã num dos jornais catarinenses, um depoimento de um grande empresário do oeste de Santa Catarina, sr. Mário Lanznaster, que é o presidente do grupo Aurora, fazendo referência ao novo aumento da energia elétrica, muito embora eu tenha informações de que os índices dos aumentos de Santa Catarina são menores do que os índices de aumento em nível federal. Há uma preocupação com o aumento da energia em função de que, evidentemente, os gastos também aumentam e o grau de competição nosso se tornem menor.

Nesse sentido, gostaria de reforçar aquilo que já trouxemos a debate nesta Casa e na comissão de Agricultura, um assunto importantíssimo que é o assunto biogás.

Gostaria de dizer, sr. presidente, que Santa Catarina, importa, deputado Darci de Matos, dois milhões de metros cúbicos de gás da Bolívia todos os dias e nós temos potencial em Santa Catarina para produzir três milhões de metros cúbicos de gás por dia. De que maneira? Processando a matéria orgânica dos dejetos de animais do nosso estado, que nós poderíamos como já falei nessa tribuna transformar um problema, que são os dejetos dos animais, numa solução, na produção de gás e também na produção de energia.

Eu vi com satisfação a criação da produção SC+Energia, entretanto, esse programa do Biogás, proveniente, dos dejetos está lá na coluna, lá embaixo, pois não é visto como prioridade.

Quero insistir que esse programa deve ser realmente do governo do estado, por

quê? Além de transformarmos um problema, como já disse, em solução, e produzirmos gás, que é tão necessário e mais barato - e não estará sujeito ao aumento do dólar - nós podemos criar uma política estadual própria para o gás e para a energia. Além disso, evidentemente, estaremos dando uma nova alternativa de renda para o nosso produtor rural, para o nosso agricultor.

Então, quero fazer novamente esse apelo a esta Casa e que faça chegar ao governo do estado para que de fato mergulhe nesse sentido de que nós temos potencial para produzir o nosso próprio gás e também para produzir energia para as nossas propriedades.

E juntamente com isso, estamos eliminando um grave problema ambiental e também, como já está aprovado e comprovado, se torna um problema de saúde pública.

Por isso, a minha manifestação nesta tarde em favor do biogás em Santa Catarina. Temos potencial para isso, basta vontade política e que de fato nós todos encampemos essa ideia, especialmente, presidente deputado Padre Pedro Baldissera, nós, do oeste de Santa Catarina, somos os maiores produtores de suínos do Brasil, em compensação somos os maiores produtores de dejetos que impactam imediatamente na questão ambiental deste estado.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, sra. deputada Luciane Carminatti e srs. deputados, muito boa-tarde. Também quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital e nos dá a honra de permanecer neste plenário para ouvir e assistir a esta sessão ordinária na tarde de hoje.

Falo de um tema muito importante que diz respeito a todos nós deste plenário e também ao povo catarinense, porque é um assunto que temos que ter muita cautela e defender constantemente.

(Passa a ler.)

“O Brasil pós-30, visto em perspectiva, alterna longos períodos de ditadura e instabilidade com momentos bem mais curtos e menos conturbados agora, na democracia, desse certo revigoramento democrático.

De fato, não há país no mundo, regime, doutrina ou governo que se defina como não democrático. Aliás, Giovanni Sartori, em seu livro *Teoria da Democracia*, afirmou que a democracia não conhece inimigos. A democracia tornou-se, portanto, um conceito ético e moral que qualquer um se orgulha de defender, mesmo o maior ditador do mundo.

Mas o que afinal caracteriza a democracia? É possível afirmar que um regime é razoavelmente democrático quando se caracteriza por liberdade de expressão, de associação, de direito à informação, alternativa e direito de votar e ser votado em eleições livres e diretas.

Portanto, a democracia é a antítese de todo o poder autocrítico, o seu exercício

muitas vezes se perverte porque ela é intrinsecamente frágil, por isso que chama a atenção, e não há como evitar o que faz parte de sua natureza. Mesmo nos dias de hoje em que vivemos a democratização, srs. deputados e sras. deputadas, pós-1985, apesar dos avanços, é possível perceber a vulnerabilidade da nossa jovem democracia.

Aqui a democracia ainda é apenas um alento, um sopro de superação dos nossos longos ciclos históricos autoritários. Quem é mais velho sabe do que estou dizendo.

Infelizmente, existe a possibilidade do uso de recursos da própria democracia para, por exemplo, com muita esperteza e pouca sabedoria, contestar e tentar modificar o resultado de eleições livres e diretas. Há também a constante ameaça do emprego indevido da livre expressão do pensamento e, nesse particular, chamo a atenção pelo risco de grupos de interesses pouco democráticos e republicanos que se utilizam da liberdade de expressão para impor apenas a visão particular de sociedade e, geralmente, o fazem buscando hegemonias de pensamentos e ações.

De fato, infelizmente uma parte significativa da mídia, srs. deputados, tenta impor a sua visão de mundo e seus interesses grupais valendo-se de falácias e de meias-verdades.

É lamentável que a grande mídia tenha se engajado no processo político travestida de partido, como ficou evidenciado em episódios recentes durante e após a eleição do ano de 2014.

É o caso da malfadada tentativa de uma revista semanal, que graças a Deus, por muitos anos, eu não leio, deputada Luciane Carminatti, que tentou interferir no processo eleitoral do ano passado. Falo aqui da revista *Veja*, não tenho nenhum problema em falar dela. Se ela fosse apenas uma revista de informação, ainda ficaríamos chateados com ela, mas ela é revista de um partido político. Ela devia ser a revista para só falar bem do PSDB.

Esta tentativa pronta e claramente rechaçada pelo ministro Admar Gonzaga, do Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, que concedeu direito de resposta ao Partido dos Trabalhadores, na noite do dia 25 de outubro, véspera da eleição do ano passado.

Aliás, a tendência da mídia foi tamanha que ensinou a criação, srs. deputados e sras. deputadas, do ‘manchetômetro’ por pesquisadores da Universidade do Rio de Janeiro no ano passado.

Concluíram que 98,7% das manchetes eram negativas em relação às instituições políticas, os partidos, o Congresso, o Executivo, bem como também às políticas públicas de personalidades políticas.

Cabe aqui registrar, srs. deputados, falo de democracia, isso é referente a todos os partidos políticos, que demonizar a política e os políticos aponta para um caminho perigoso e favorável aos regimes de exceção, que nós aqui no Brasil conhecemos e o mundo também conheceu, que é, portanto, contra a democracia.

Enfim, a grande mídia de uma oligarquia salta aos olhos, que é um dos pilares importantes para a democracia, e infelizmente a mídia, principalmente os grandes veículos de comunicação, é comprometida, nada democrática, tendenciosa.”

Por isso que nós, como deputados, deputadas, oriundos de partidos políticos, temos que defender constantemente este regime, que foi conquistado a duras penas, que é a democracia. Que tenhamos a liberdade de ter expressão, que sejamos respeitados pelas nossas opiniões, e que os ódios inerentes a estes processos sejam deixados de lado, que sejam respeitadas as pessoas, para este bem que lutamos durante muitos anos, que é a democracia.

É esta a minha afirmação, no dia de hoje, que possamos fazer o debate de ideias, mas que se respeite este momento que a duras penas conquistamos, que é o regime democrático.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra, o sr. deputado Nícolas Reis, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, em seu nome cumprimento todos os srs. deputados e sras. deputadas.

Cumprimento a todos que acompanham esta sessão da Assembleia Legislativa, daqui da Casa, ou aqueles que nos acompanham das suas casas pela TVAL ou pela Rádio Digital.

Sr. Presidente, eu cometi a indelicadeza de atender a um telefonema enquanto o deputado Serafin Venzon falava de assuntos tão importantes nesta tribuna, mas esse telefonema que recebi, deputada Ana Paula Lima que tem formação na área da Saúde, que tem uma história grande e bonita nessa área, era de um amigo, do Gabriel, que é uma criança que está com leucemia e que mobilizou, através das redes sociais, as pessoas de Itajaí, Navegantes e toda a região. Enfim, houve uma mobilização muito grande em favor do Gabriel para que as pessoas fossem doar sangue para ver se a medula era compatível. Eu não entendo dessa área médica, mas o que quero dizer é bastante importante.

Então, as pessoas estão indo ao hospital Marieta Konder Bornhausen, que parece disponibilizar algo em torno de 40 coletas de sangue por dia, no entanto, estão indo lá mais de 100 pessoas e o hospital está mandando as pessoas para suas casas. Eles vão à Univali, mas ela só faz isso nas segundas-feiras e também com um número reduzido de possibilidades de coletar o sangue. E por isso as pessoas estão voltando sem fazer a doação.

Do pouco que sei, a possibilidade de se achar um doador compatível é muito pequena. Então, talvez essas pessoas que estão, neste momento, disponibilizando-se a ajudar o menino Gabriel, não vão conseguir ajudá-lo, mas, certamente, estão contribuindo para ampliar o leque de possibilidades de outras crianças e adultos, enfim, no estado, no país, achar um doador compatível.

Então, venho a essa tribuna a pedido da família do Gabriel, em homenagem a essa mobilização que a sociedade do vale do Itajaí está fazendo em favor desse menino, para implorar ao governo do estado, ao secretário de

estado da Saúde, para que possa urgentemente colocar um ônibus do Hemosc em Itajaí para que não se perca essa demanda, para que não deixem de aproveitar essas pessoas, já que a demanda está muito grande em razão de a sociedade estar mobilizada em favor do Gabriel.

Isso seria paliativo! Agora, também, que se aproveite essa oportunidade para formularmos um documento ao governo do estado para fazer uma gestão junto ao hospital, junto à Universidade do vale do Itajaí, de maneira que se possibilite a construção de uma oferta maior desse serviço de saúde, que é tão importante e vai contribuir, não apenas com o menino Gabriel, mas com todos aqueles que precisam desse serviço.

Sr. presidente, fica o nosso apelo e espero que alguém lá no governo do estado esteja ouvindo. Passaremos também documentalmente essa informação para que uma atitude enérgica e rápida possa ser tomada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar o vereador Cleomar José Nicoletti e o vereador Artemio Correa do município de Rio Negrinho, que juntamente com o Roger, seu assessor, estão nos visitando. Quero dizer que esta Casa se sente honrada em recebê-los neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, minha saudação aos amigos Cleomar José Nicoletti, Artemio Correa e seu assessor jurídico Roger do município de Rio Negrinho, que se fazem presentes.

Desejo rapidamente falar sobre três assuntos. O primeiro diz respeito ao Dia Nacional do Fiscal Sanitarista.

Está a presidente do Sindicato dos Fiscais Sanitaristas de Santa Catarina, Mabel Ziegler, e sabemos da importância dos fiscais sanitários no que diz respeito ao seu trabalho com foco e preocupação na saúde das pessoas. Os fiscais sanitários são em grande número em Santa Catarina, merecem o nosso respeito e atenção e estamos trabalhando na possibilidade, e é um pleito do sindicato e da associação, de conseguir a gratificação de dedicação exclusiva para os fiscais sanitários do governo do estado e dos municípios. Parabéns a todos os sanitários.

Outro assunto que quero abordar diz respeito aos lotéricos. Temos em Santa Catarina 550 lotéricas. Há alguns anos atrás fui autor de um projeto de lei nesta Casa que salvou as lotéricas, porque naquele momento havia uma lei que exigia guarda armada particular nas lotéricas e o cumprimento dessa lei significaria o fim das casas lotéricas em Santa Catarina. Nós achamos que esse estabelecimento precisa ter segurança, mas quem tem que bancar não é o dono da lotérica,

mas a Caixa Econômica Federal. Fomos vencedores, e esse assunto foi resolvido.

Mas as dificuldades dos lotéricos continuam. A Caixa Econômica Federal está determinando a licitação de 240 casas lotéricas em Santa Catarina, aquelas que estavam instaladas e funcionando antes de 1988, da promulgação da Constituição Federal. O sindicato dos lotéricos do estado e do Brasil, que são extremamente organizados, estão tratando de contestar na Justiça, porque têm outro entendimento jurídico. Mas sempre há um risco.

E por que estamos aqui tratando desse assunto? Ontem, eu recebi o Gilmar e uma comitiva dos lotéricos para tratar dessa questão. Os lotéricos são muito importantes para Santa Catarina. Alguém pode achar que essa questão não tem nada a ver com o Parlamento, mas tem muito a ver. Primeiramente, porque eles aquecem a economia e geram empregos. Em segundo lugar, e mais importante, é porque cumprem um papel social. Eles atendem na ponta da linha, no morro, nos bairros periféricos, nos municípios do interior, e fazem o serviço que os bancos não querem fazer. É comum quando circulo nos bairros em Joinville alguém me abordar pedindo para trazer uma lotérica para o seu bairro. E por quê? Porque as lotéricas cumprem um papel social, e muito mais quando os bancos entram em greve.

Daí a nossa preocupação com as lotéricas de Santa Catarina, com essa possibilidade de licitação intempestiva da Caixa Econômica Federal. As lotéricas são responsáveis por mais ou menos cinco mil empregos diretos no estado, cumprem um papel social importante e há 11 anos as tarifas não são corrigidas. Segundo um perito oficial, há uma defasagem de 68% nas tarifas que são pagas pela Caixa Econômica Federal. Ora, as lotéricas são importantes para o Brasil e para este estado porque atendem as pessoas carentes, os pobres, o indivíduo que está desprotegido no final da linha.

Por isso, estamos apresentando uma moção no sentido de que a Caixa reveja essa posição. Quero pedir o apoio dos parlamentares e dizer que esse assunto é da maior importância para o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, sabemos da importância das lotéricas, que são mais que um banco e mais próximas do cidadão, elas estão em supermercados atendendo aos sábados, fazendo o trabalho que os bancos não conseguem fazer. E, efetivamente, a questão de segurança que v.exa. foi contrário que esse custo recaísse sobre os lotéricos de Santa Catarina e foi vencedor dessa batalha, é verdadeiro. A segurança tem que ser a segurança pública, ou se houver algum diferencial que haja a participação da Caixa Econômica Federal. Não dá para deixar essa participação, essa obrigação somente com os lotéricos.

Também, quero aproveitar e falar sobre a Aprasc. Temos aqui a presença do Elisandro Lotin de Souza, que é o presidente da referida associação, ele que nessa medida provisória do governo fez questão de ressaltar

que a posição dessa associação, a qual conquistou grandes avanços salariais no último governo, em relação ao subsídio, ele foi uma das pessoas que esteve à frente dessa conquista, que tem uma palavra, uma busca de debate, de conciliação e de conversa com o governo. Entende que é preciso discutir o direito de seus associados, não é uma posição de afronta, o que parece que é da Acors, a Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Assim ao falar de segurança ressalto a vitória de v.exa. em defesa das lotéricas e dos lotéricos de Santa Catarina, bem como a importância que esse segmento representa para a sociedade e economia catarinense.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Concedo a palavra ao deputado Mario Marcondes.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Muito obrigado, deputado Darci de Matos. No início da minha legislatura conversei com alguns donos de lotéricas e um dos pontos de suma importância na sua fala e defesa são efetivamente as taxas pagas pelo valor das autenticações pela Caixa Econômica Federal, por causa disso muitos lotéricos estão desistindo.

Esperamos que o leilão que está para sair de outras lotéricas não seja para cobrir algumas que estão desistindo, porque daí o problema não será resolvido, pois a renúncia está extremamente baixa, tendo em vista a defasagem do valor de cada autenticação, bem como alguns serviços que foram retirados das lotéricas. Como por exemplo, os famosos bolões, que eram feitos e que, hoje, são proibidos fazer dentro das casas lotéricas.

Portanto, parabéns pelo assunto que v.exa. traz na pauta da tarde de hoje, parabéns pelo primeiro passo dado contra a segurança, pois realmente era um custo que as lotéricas não teriam como absorver e é necessária que tenha, pois queira ou não ali é uma agência bancária, ali há a extensão da Caixa Econômica Federal.

Então, mais uma vez parabéns pelo pronunciamento, conte não só com a minha pessoa, mas com o deputado Natalino Lázare para que juntos possamos fazer o movimento e ajudar as nossas casas lotéricas e os lotéricos de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Mario Marcondes. E concedo um aparte ao deputado Jean Leutprecht.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Muito obrigado pelo aparte, deputado Darci de Matos. Na verdade essa demanda que v.exa. traz hoje a esta Casa no seu primeiro momento eu era vereador em Jaraguá do Sul e nós procuramos vários deputados e a sua liderança naquele momento foi muito importante. E neste momento é importante que esta Casa novamente se pronuncie com essa preocupação.

Parabéns pela iniciativa e conte com a bancada do PCdoB nessa demanda.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Jean Leutprecht.

Ao encerrar, quero citar a presença do delegado Ulisses Gabriel, presidente da Associação dos Delegados de Polícia; do dr. Dirceu Silveira Júnior, de Joinville; e de outros delegados. E quero dizer que nós vamos discutir à exaustão e tratar de adequar as medidas provisórias aos interesses dos policiais e do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, eu encerro falando de outra questão que trouxe muita indignação, principalmente para o norte de Santa Catarina.

Sr. presidente e deputado Dalmo Claro, há poucos dias o procurador-geral, dr. Rodrigo Janot, ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma ação Direta de Inconstitucionalidade contra a PEC que foi aprovada pela Assembleia Legislativa há dois anos e contra uma emenda de minha autoria similar que faz parte do projeto de lei que dá poder de polícia aos Bombeiros Militares.

Essa ação do procurador-geral é no sentido de que ele está contra a possibilidade dos municípios celebrarem convênios com o Corpo de Bombeiros Militares no interior de Santa Catarina. E aí existe uma briga burra. Quero deixar claro, aqui. Nós temos em Santa Catarina Bombeiros Militares e Bombeiros Voluntários.

Deputado Leonel Pavan, lá em Joinville há o Bombeiro Voluntário que existe há 124 anos. Um grupo de imigrantes juntaram-se e criaram o Bombeiro Voluntário. O Bombeiro Militar existe há 87 anos e atua, por exemplo, em Balneário Camboriú de forma excepcional, em Florianópolis e São José. Até aí tudo bem. O problema é que o Bombeiro Militar denuncia, ataca e coloca o Corpo de Bombeiros Voluntários a cada dia que passa no banco dos réus.

Nós tivemos uma decisão do Supremo há poucos dias favorável a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que foi protocolada pela Federação dos Bombeiros Militares. E agora o Ministério Público Federal denuncia mais uma vez as nossas leis e coloca, deputado Dr. Vicente Caropreso, o Bombeiro Voluntário no banco dos réus.

Qual é o crime que nos coloca no banco dos réus? Salvar vidas gratuitamente. Isso é um absurdo! O Bombeiro Voluntário não quer poder de polícia, mas o poder de polícia é sagrado do prefeito municipal, eleito de forma democrática. E o Bombeiro Voluntário convenia com as prefeituras e faz o trabalho de fiscalização, deputado Dalmo Claro. E os laudos do Bombeiro Voluntário são assinados por engenheiros. Lá em Joinville pelo menos é assim! E os laudos dos Bombeiros Militares são assinados por um soldado. Pior do que isso, nós não cobramos a fiscalização. Os Bombeiros Militares cobram a fiscalização.

Então, não temos nada contra, mas que os Bombeiros Militares possam continuar atuando como estão e possam ir para oeste, onde não há nenhuma corporação. Mas, não! Eles insistem em ir para Jaraguá do Sul, para Joinville, para São Francisco do Sul, onde já tem uma corporação de Bombeiros Voluntários funcionando excepcionalmente bem. Isso é um absurdo. Isso é o mal do corporativismo, que vai acabar com Santa Catarina e com o Brasil, como acabou com o estado do Rio Grande do Sul que está em estado de insolvência, que está parcelando os salários.

O Bombeiro Voluntário custa para o estado R\$ 4 milhões e atende 30%; o Bombeiro Militar atende 37% a mais e custa R\$ 224 milhões.

Por isso é que não há dinheiro para a Saúde, para as estradas, para a Segurança, para a Educação.

Isso eu chamo de corporativismo absurdo.

Quero dizer que nós estamos indignados. No norte de Santa Catarina há cidades que tem Bombeiros Militares há muitos anos. O que nós queremos é uma coisa só: continuar trabalhando, voluntariamente. E nós queremos que Bombeiros Voluntários também continuem trabalhando, que continuem fazendo o trabalho que eles fazem de forma excepcional nas cidades onde eles estão, mas que deixem Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Guaramirim, Joinville e os demais municípios que tem Bombeiros Voluntários continuar prestando o seu trabalho e seu serviço de forma voluntária.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Srs. deputados, é um assunto de extrema relevância do corporativismo que está instalado em Santa Catarina. Essa é uma das faces só.

Sou relator da última comissão temática que irá analisar o assunto para facultar a possibilidade dos Bombeiros Voluntários que são pessoas extremamente bem treinadas e que resolvem a situação. E estranhamente, o Corpo de Bombeiro Militar tem feito de tudo, juridicamente, para anular os efeitos da mudança constitucional que foi feita nesta Casa. E todas as atitudes que estão sendo feitas no dia a dia são no sentido de acabar com essa corporação que tanto serve a nossa comunidade.

Então, realmente é um momento preocupante. O estado que não consegue contratar Polícia Militar está fazendo de tudo para manter uma corporação que pode ser paga dez vezes menos com a corporação voluntária.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença dos representantes da Adepol, do nosso colega Ulisses Gabriel, que é o presidente; do Rodrigo Bortolini; do Dirceu Silveira Junior, nosso delegado regional de Joinville; do Adriano da Luz; do Artur Regis e do Alan. Estão conversando com o deputado Darcy de Matos, já conversaram com os deputados Luiz Fernando Vampiro e José Nei Ascari, hoje pela manhã fizemos uma reunião para tratar da medida provisória, e agora terei a honra de recebê-los no meu gabinete para uma conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Jean Leutprecht - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Leutprecht.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Quero corroborar com as palavras dos deputados Darcy de Matos e Dr. Vicente Caropreso, pois com relação a esta questão dos Bombeiros Militares não temos nenhum posicionamento contrário a sua atuação, mas realmente a nossa região norte é muito bem atendida pelos Bombeiros Voluntários. Represento a região de Jaraguá do Sul e em Joinville conheço o trabalho e sei do grande exercício realizado por eles.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dalmo Claro.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, fazendo uma analogia com a secretaria da Saúde, é como se quiséssemos proibir a atuação dos hospitais filantrópicos e deixar apenas os hospitais estaduais atuando. A analogia é muito próxima e só atesta que a situação dos bombeiros é surreal, absurda, do nosso ponto de vista, e do da população, que é muito bem atendida pelos Bombeiros Voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero falar sobre um assunto que certamente está na cabeça de todos, que é justamente sobre as rodovias do nosso estado de Santa Catarina.

Recentemente passamos um vídeo sobre o caos que se encontra a BR-282. E depois daquele pronunciamento o próprio jornal *Diário Catarinense* fez uma matéria e mostrou na capa o mesmo buraco que mostramos aqui.

E passamos a fiscalizar os atos do DNIT referentes àquela rodovia e aos buracos de sempre. Aliás, tem mais buracos do que parte boa para ser usada. E nós agora fomos lá ao oeste de Santa Catarina e encontramos um caminhão jogando, com uma pá, asfalto nos buracos. Os próprios carros passavam por cima e socavam o asfalto. É claro que aquilo é um serviço para mais um, dois, ou três meses! Eu não sei onde está o diretor do DNIT de Santa Catarina. Não é possível que eles permitam gastar milhões e milhões para fazer isso. Parece que a licitação ultrapassa R\$ 30 milhões para tapar buracos. Não é possível que se permita colocar o asfalto daquela maneira. A empresa vencedora da licitação é de Minas Gerais e a empresa catarinense que perdeu a licitação é a que vende o asfalto para a empresa de Minas Gerais. Entendam, srs. deputados!

A empresa catarinense que perdeu a licitação fornece o asfalto para a empresa vencedora, isso que, quando ela participou da licitação, ofertou com um percentual bem abaixo do valor que está vendendo para a empresa vencedora agora. É uma confusão, não dá para entender.

E consertam um buraco aqui, mas os outros mais próximos, que já estão se tornando buracos maiores eles não consertam. Eles só consertam aqueles que realmente já são

panelas. As rodovias estão um caos! Perdoe-me o meu amigo João Carlos Ecker, mas eles precisam, tanto o Vanderlei quanto o João, dar umas voltas nas rodovias do estado de Santa Catarina.

Deputado Manoel Mota, no sul podemos dizer que está uma maravilha, mas no oeste é uma barbaridade, tanto as estaduais quanto as federais.

Mas quero falar sobre a BR-470. Gente, em 2011 a presidente Dilma esteve aqui e gravou um vídeo - quase coloquei aqui na tela, mas não quis colocar porque seria provocação -, ela disse que era questão de honra: "Em um ano eu duplico, é questão de honra". Minha gente, ainda faltam mais de 700 terrenos para serem desapropriados, não vai terminar nunca! Iniciam e param. Eles fazem um trecho e param, botam o trator, tiram o trator, colocam os tubos, desaparecem os tubos. Já criou mato onde meteram os tratores. Nós estamos passando por um dos momentos mais delicados da nossa história em relação às rodovias federais e estaduais.

Mas a BR-470 vai mais longe, porque iniciaram um trecho, pararam, iniciaram outro, pararam e ficam apenas para contentar os olhos de quem lá passa e fica pensando: "Estão duplicando a rodovia 470." Não! Não está acontecendo nada. Não se entenderam ainda com os proprietários das terras. Não desapropriaram ainda. Mais de 700 propriedades ainda não foram acertadas.

Então, escrevam: vai acabar esse mandato da atual presidente e não será feito nada!

E o que me preocupa também são as duas pontes: a de Gaspar e de Ilhota. As obras estavam a todo vapor, mas pararam! Ontem, o jornal *Diário Catarinense* publicou na capa a ponte de Ilhota, que está totalmente parada. Do jeito que está, acaba sofrendo problemas causados pelas intempéries, como ferrugem e, futuramente, na questão de engenharia.

Nós não podemos, como cidadãos catarinenses, nos calar, a população não pode se calar e com razão ela fala, deputado Serafim Venzon, reclama com razão e quer saber quem são os culpados. A quem a sociedade culpa? A classe política, nós!

Então, temos que usar a tribuna e dizer como fazer chegar ao ministério dos Transportes, à presidente Dilma Rousseff e ao diretor do DNIT o nosso pedido, a nossa preocupação, o nosso grito, porque sabemos que a rodovia é federal. Temos no Congresso Nacional a bancada com 16 deputados federais e três senadores, sabemos que eles estão pleiteando, lutando, só que não adianta!

Estamos espremeando e não acontece nada! E cada dia que passa acontece acidentes, mortes, pessoas inválidas. Só este ano morreram 14 pessoas num trecho de Indaial. Isso com morte no local. Não consta nessa pesquisa os que vão para o hospital e, muitas vezes, perdem a vida no próprio hospital.

Quería aqui, srs. deputados, dizer também à comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano que nós, os 40 deputados, fizéssemos aqui uma manifestação, um documento, um vídeo que chegue às mãos do ministro, às mãos da presidenta Dilma Rousseff, porque eles vêm aqui prometem uma coisa, prometem outra, vêm fotografados, aparecem na mídia, dizem que vêm com R\$ 200 milhões, com R\$ 300 milhões, mas

entregam R\$ 10 milhões, R\$ 5 milhões e demoram ainda para entregar aquele percentual.

No entanto, o básico, o essencial, que é o transporte, ninguém consegue dar a atenção devida que é a recuperação de rodovias como a BR-282, a duplicação da BR-470 e tantas e tantas outras que, se eu mencionar aqui, se fizer um relatório, precisaria de muito tempo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Concedo um aparte, com muita honra, ao meu líder, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Leonel Pavan, cumprimento v.exa. por abordar este assunto tão importante. Aliás, o governo federal está errando gravemente em todas as ações da infraestrutura, assim como na rodovia que v.exa. está abordando, na BR-470, na ponte de Gaspar, na ponte de Ilhota que se interligam com a SC Jorge Lacerda, entre Gaspar e Itajaí.

Erra, sim, em aeroportos, portos, na segurança jurídica, na transmissão de energia elétrica, enfim, em todas as ações de infraestrutura. O governo está atrasado ou não está fazendo ou demorando muito tempo. Praticamente, a BR-101 já são 12, 13 anos de obra e ainda não está pronta. A BR-470 vai demorar, no mínimo, 12, 13 anos, se o governo continuar agindo assim.

Quer dizer, o governo federal esse tempo todo que está lá demorou a entender que a sociedade tem dinheiro para investir, o nosso empresariado poderia ser parceiro, no entanto, o governo quer ser dono de rodovias, de coisas e, infelizmente, não tem feito nada, como é a questão da BR-470, se tivesse feito uma concessão há alguns anos já estaria pronta e útil. Assim, como está fazendo, sabe lá, talvez, vá demorar mais 20 anos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Deputado Serafim Venzon, está se falando na concessão da BR-282. Eu tenho dado entrevista, que o caminho, infelizmente, é este, porque se a classe política não faz, se o governo não faz, vamos fazer a concessão para empresas privadas fazerem.

O que me preocupa, que eu estou já sendo informado de que o preço do pedágio, lá no oeste, seria de R\$ 15,00 a R\$ 18,00. Aí é outra discussão que nós vamos fazer mais à frente. Mas é uma preocupação muito grande em relação a tudo isso.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan.

Eu gostaria de aproveitar um gancho sobre a BR-470, mais uma vez está havendo trapalhada do governo federal. Temos um problema sério, que são as concessões, que o deputado acaba de falar, devido ao esvaziamento dos produtos do oeste catarinense, que vão acabar indo para a BR-153, e não vai emendar a BR-282 na BR-470 para que haja o escoamento para os portos de Itapoá, Itajaí, Navegantes, e por que não Imbituba.

Então, nós temos que cuidar muito, e este é o momento de lutarmos por isso, para que a BR-470 também entre no pacote do governo federal para as concessões.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Eu queria, para encerrar, que nós pudéssemos nos ater e elaborar um documento, para que este documento pudesse chegar até o ministério dos Transportes, ao próprio DNIT, pelo menos para mostrar que nós, desta Casa, estamos fazendo isso, e que estamos seriamente preocupados em relação às rodovias de Santa Catarina.

Este é o apelo que vou fazer e certamente encaminharemos uma documentação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu gostaria de chamar a atenção dos deputados para a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2015. Estão presentes, nesta sessão, os diretores do Sinjusc, Valdevino Ramos Fontes e Carlos Augusto Wehle, para acompanhar a votação deste projeto.

Para que os srs. deputados compreendam, este Projeto de Lei Complementar n. 0017/2015 trata do acordo de greve do Tribunal de Justiça. Então, é muito importante para os trabalhadores, servidores do Poder Judiciário.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - As comunicações serão feitas em seguida.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0045/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui a Campanha Educativa para Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0173/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes, que institui o Dia Estadual do Líder Comunitário.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0561/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera,

que institui a Política de Desenvolvimento Regional da Bacia Leiteira da Mesorregião do Oeste Catarinense (PDR-LEITE OESTE) e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0132/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, que declara de utilidade pública a Associação Catarinense dos Renais Crônicos, de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0199/2015, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação Aquática do Vale do Itapocú (AAVI), com sede no município de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0200/2015, de autoria da comissão de Educação, Cultura e Desporto, que revoga a Lei n. 15.687, de 2011, que declara de utilidade pública a Associação Álvaro José de Oliveira, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0219/2015, de autoria da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que revoga as Leis n. 6.274, de 1983, e n. 6.459, de 1984, que declaram de utilidade pública a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2015, de procedência do Tribunal de Justiça, que altera o piso de vencimento dos servidores do Poder Judiciário.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apenas para fazer o registro da presença do capitão-de-mar-e-guerra, nosso amigo Mário Luis Honorato, que é o assessor para assuntos institucionais do comando do 5º Distrito Naval, que está aqui fazendo visita aos gabinetes. Quero dizer que é uma honra tê-lo aqui. Seja bem-vindo!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Somente para encaminhar voto um, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CLEITON SALVARO

DEPUTADO DALMO CLARO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO sim

DEPUTADO FERNANDO CORUJA sim

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO

DEPUTADO GEAN LOUREIRO sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT

DEPUTADO JOÃO AMIN sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO LEONEL PAVAN sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MARIO MARCONDES

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NATALINO LÁZARE sim

DEPUTADO NEODI SARETTA sim

DEPUTADO NÍKOLAS REIS sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO

DEPUTADO RICARDO GUIDI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VALMIR COMIN

Encerrada a votação.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim", nenhum voto "não".

Está aprovada em primeiro turno a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0075/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, que denomina senador Evilásio Vieira a Escola da Rede Estadual de Ensino, no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0084/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro, que denomina Dorides Ferraz da Silva o ginásio da escola de ensino básico Melvin Jones, localizada no bairro Morro do Posto, no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0092/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que inclui no calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina a Festa da Graça, no município de São Francisco do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Turismo e Meio Ambiente, de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0095/2015, de

autoria do deputado João Amin, que denomina Agapito Martinho Andrade o elevado que liga a SC-401 à Avenida Luiz Boiteux Piazza.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

O Sr. Deputado João Amin - Sr. presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Em nome do neto sr. Agapito Martinho Andrade, gostaria de pedir o voto favorável aos srs. deputados para a denominação de Agapito Martinho Andrade ao elevado que liga a SC-401 à Avenida Luiz Boiteux Piazza. V.Exa. passa muito por lá quando vai da rótula de Canasvieiras para Praia Brava, Cachoeira do Bom Jesus e Ponta das Canas. Então, gostaria de pedir o voto favorável em homenagem a todos os moradores de Canasvieiras e inclusive ao seu neto Valtinho, que está presente nesta Casa.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0115/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, que institui a Semana Estadual do Uso Consciente da Água em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0234/2015, de autoria do deputado Manoel Mota, que inclui no calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina a Tilápia Fest, no município de São Ludgero.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passo à Presidência desta sessão ao deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0110/2015, 0133/2015, 0168/2015, 0174/2015, 0199/2014, 0236/2014 e 0417/2014.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0022/2015, 0040/2015, 0157/2015, 0164/2015, 0166/2015, 0178/2015, 0184/2015, 0196/2015, 0198/2015, 0213/2015, 0238/2015, 0240/2015 e 0701/2014.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0142/2015, 0179/2015, 0187/2014, 0212/2015 e 0227/2015.

A comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0081/2015, 0100/2015, 0105/2015 e 0137/2015.

Pedido de Informação n. 0144/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da aprovação pelo MEC do projeto para a construção da quadra coberta na EEB Dom Pio de Freitas, situada no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0095/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio na aprovação do Projeto de Lei n. 6.217/13, que denomina Rodovia Doutora Zilda Arns o trecho da Rodovia BR-101 no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0096/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviada ao ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, parabenizando-o pela escolha do professor dr. Luiz Otávio Pimentel para presidir o Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0740/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas Vivo, Oi, Claro e Tim, manifestando a instalação de antenas de telefonia móvel nas localidades de Barra São João, Alto Benedito Novo e Santa Maria, no município de Benedito Novo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0736/2015, 0737/2015, 0738/2015 e 0739/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0741/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0742/2015 e 0743/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0744/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0745/2015, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0746/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0747/2015, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0748/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0749/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0610/2015, 0612/2015, 0613/2015 e 0615/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0614/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0616/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0617/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0618/2015, de autoria do deputado Jean Leutprecht; 0619/2015, 0620/2015 e 0621/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Natalino Lázare, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Natalino Lázare, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Níkolos Reis, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Níkolos Reis, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Leutprecht, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Eu gostaria de aproveitar e até para reforçar o projeto que foi aprovado na tarde de hoje, o Projeto de Lei Complementar n. 0017/2015. Claro que se derem celeridade, em função de que esse projeto já ter entrado nesta Casa antes do recesso e a categoria perder a database que seria, no caso, no mês de maio, esse projeto poderia ser contemplado agora a partir do mês de agosto.

Então, solicito que esta Casa acelere e o próprio governo do estado implemente essa ação para que não dê prejuízo nenhum aos funcionários.

Caros deputados, deputado Níkolos Reis, que é uma pessoa que participa muito das questões esportivas do nosso estado, gostaria de destacar nesta tribuna que hoje estamos exatamente há um ano, 365 dias, das Olimpíadas no Brasil. É um evento que além de esportivo ele movimentará todo o turismo, a economia e diversos setores do nosso país. E não poderia deixar de estar aqui destacando esse tema por ser um profissional de Educação Física, já formado há 30 anos, atuando diretamente na área como gestor do município de Jaraguá do Sul. Quero aproveitar este momento para destacar essa data, exatamente um ano da realização das Olimpíadas no Brasil.

Nós teremos aqui, deputado Ricardo Guidi, aproximadamente 206 países

participando desse grande evento. Teremos mais de 20 mil atletas diretamente envolvidos.

O nosso estado de Santa Catarina terá uma participação tão direta. Nós teremos aqui a passagem da tocha Olímpica em alguns municípios do estado.

Florianópolis inaugurou em julho deste ano um centro de formação de voluntários para treinar para a Olimpíada. Isso é importante, é um trabalho muito forte que acontece durante o evento.

O município de Itajaí está disputando com Búzios a possibilidade de sediar a vela, isso em função até dos investimentos feitos na cidade, em função do *Ocean Race*, que realmente é um evento internacional que aconteceu em nosso estado. Mas fica por aí. A partir disso o nosso estado terá a participação de alguns atletas, técnicos, mas a interação com a Olimpíada, com o maior evento esportivo mundial do mundo, não irá acontecer de uma forma mais efetiva.

O que é que nós estamos fazendo aqui em nosso estado para aproveitarmos esse grande evento? Centros de Aclimação para os países. Os países virão com antecedência para o Brasil e farão os seus treinamentos onde? Várias cidades estão sendo contatadas, e o estado não está fazendo nenhum trabalho mais forte no sentido de buscar essas tecnologias, esses países, essas equipes.

Então, é um problema que nós estamos enfrentando e poderíamos ganhar muito com isso.

Sobre a atração de turistas para o evento, penso que é importante que o nosso estado continue implementando algumas ações, porque, como já falei, mais de cinco milhões de turistas estão vindo para o Brasil nesse período. E além do Rio de Janeiro, nesse espaço de mais de um mês, se juntarmos a Paraolimpíada, serão quase dois meses, que muitas pessoas estarão, além de participar dos eventos do Rio de Janeiro, conhecendo o nosso país, suas belezas e o nosso estado não pode ficar fora desse momento.

Outra situação. O investimento que perdemos é a infraestrutura esportiva no estado. Nós teríamos que estar aproveitando muito mais esse momento por parte do governo do estado, por parte dos recursos federais, da iniciativa privada, pois estamos a um ano do maior evento esportivo mundial e o estado não está sabendo tirar proveito disso da melhor maneira possível.

O sistema desportivo do estado, hoje, está bastante fragmentado e isso acaba ocasionando a falta de interação, o que dificulta a própria evolução do estado. Nos programas de incentivo ao desporto escolar, ao desporto de base, à formação de novos atletas, temos grandes dificuldades.

Nobre deputado Silvio Dreveck, líder do governo, só para termos ideia, temos hoje um investimento que foi feito no estado que realmente está efetivado em torno de 20% do orçamento do esporte que foi realmente aplicado, enquanto que em algumas ações da SOL, que é a secretaria principal, investe valores bastante superiores em outros eventos, não que não seja importantes, nós sabemos da importância de grandes eventos que trazemos para o nosso estado. Mas os eventos que os municípios participam, como a Olesc, Joguinhos e Jogos Abertos, acabam sendo preteridos em função desses grandes eventos.

Eu tenho uma preocupação muito grande, além de neste momento estar como deputado, e como gestor municipal, da realização dos eventos para o segundo semestre. Tivemos agora, deputado Nícolas Reis, na iminência de iniciar os jogos abertos em Itajaí e no dia anterior ao evento foi confirmado. Então, foi uma dificuldade grande. E temos a Olesc pela frente, que não se sabe ainda se irá acontecer ou não; temos os jogos abertos e uma série de eventos programados. E se num total de 100%, 20% foram aplicados até agora, até em função da situação econômica, como ficará o restante?

O Sr. Deputado Nícolas Reis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Pois não!

O Sr. Deputado Nícolas Reis - Estava ouvindo atentamente o pronunciamento de v.exa., que é um militante histórico do PCdoB, foi gentil comigo ao dizer que tenho militância na área do esporte, mas não tenho coisa nenhuma, quem tem lá em Itajaí é o sempre meu amigo, vereador Marcelo Werner, que é do partido de v.exa. e é alguém que encampa essa luta com muito afinco, firmeza e dedicação, o Marcelo que é cego e também trata muito das questões do paradesporto, mas claro que entendemos um pouquinho por participarmos e conhecermos um pouco dessa lida. Mas v.exa. é certamente hoje a expertise desta Casa na área de esporte, porque presidiu a Fundação Municipal de Jaraguá do Sul, na verdade, se licenciou para ocupar este espaço.

V.Exa. traz, na verdade, um assunto muito importante, ou seja, como o estado de Santa Catarina vai se posicionar em relação às Olimpíadas que estão chegando no Brasil. É fundamental que nosso estado tenha uma política para se engajar neste movimento tão importante. Espero que o governo do estado se sensibilize e chame v.exa. que agora é deputado estadual, para contribuir nessa discussão.

Então, quero só dizer que esta Casa ganhou muito com sua presença, não tenho a menor dúvida disso, especialmente na área do esporte, e o líder do governo está aqui, e penso que deva articular uma agenda de v.exa. com a secretaria de Esportes para que esta Casa possa ser protagonista no fato de o governo do estado de alguma maneira se posicionar e se inserir nessa coisa tão bacana que será as Olimpíadas no Brasil.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Da mesma forma, referindo-me ao líder do governo, é importante que apresentemos nossas propostas. Quero também destacar a presença do nosso deputado Antônio Aguiar, que foi a pessoa que iniciou os Jogos Abertos da Terceira Idade, e realizou um grande evento em Canoinhas há dois anos e sabe também da importância que é o governo do estado estar presente nos eventos do nosso estado.

O Sr. deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre deputado, primeiro gostaria de parabenizar v.exa. por assumir a cadeira de deputado e representar Jaraguá do Sul. Estudei dois anos no Colégio Marista São

Luís, em Jaraguá do Sul e sua cidade é muito importante para o estado de Santa Catarina. V.Exa. representando este município tem, sem dúvida nenhuma, o apoio da Assembleia Legislativa nos seus pleitos para que possamos atender uma cidade progressista, que tem o deputado Carlos Chiodini que está como secretário do Desenvolvimento Sustentável e temos certeza de que v.exa. fará um grande mandato neste curto espaço de tempo que ficará conosco.

Parabéns pelo trabalho de v.exa., deputado Jean Leutprecht.

O SR. DEPUTADO JEAN LEUTPRECHT - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado. E gostaria que participasse deste assunto, porque sempre foi um grande incentivador do esporte e os Jogos Abertos da Terceira Idade estão aí hoje muito em função da força e da persistência de v.exa.

Gostaria também de destacar aqui, deputado Neodi Saretta, v.exa. que vem de um município que tem uma relação muito forte com o esporte, que é Concórdia, e sabemos da importância do investimento tanto do governo estadual quanto do governo federal na questão do esporte e não podemos mais uma vez perder esse momento olímpico, é um momento único para o país. E tivemos recentemente a Copa do Mundo, agora teremos as Olimpíadas, depois as Paraolimpíadas. E tenho certeza de que isso fará diferente desde que os governos municipais, estaduais e federais consigam programar políticas públicas em prol do esporte.

Então, gostaria de dizer que nos próximos dias proporemos uma audiência pública para discutir a questão do esporte no nosso estado. Vamos promover homenagem ao Dia do Profissional em Educação Física e também estaremos buscando outras ações entre seminários de leis de incentivo, de apoio aos municípios, buscando com isso melhorar o esporte no nosso estado. Então, fica aqui o alerta de que precisamos nos preocupar com a questão do investimento no esporte. E o governo do estado tem uma participação muito forte nisso e nós estamos aqui para contribuir com esse processo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mauro de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, cumprimentar a todos os srs. colegas deputados, parabenizar o deputado Jean Leutprecht pela sua fala, pela sua manifestação, e lembrar neste dia a contagem regressiva para os Jogos Olímpicos do Brasil. Faltam 365 dias!

Gostaria de lembrar também, sr. presidente, das dificuldades que esses atletas olímpicos brasileiros enfrentam para o seu preparo. Aí a gente faz um comparativo das atividades, da dedicação de todos esses atletas, a gente faz um comparativo financeiro com os salários do nosso futebol mecânico brasileiro, sendo algo que não se compara pelo espírito atlético desses atletas olímpicos, com o espírito atlético dos jogadores de futebol, porque os atletas olímpicos disputam a competição e se preparam por amor à camisa e levam o símbolo do Brasil como a sua maior

conquista, enquanto que os outros atletas, percebemos, é pelo *status*, pela grande mídia, pelo salário e não para fazer com que o esporte brasileiro seja colocado em evidência. E o grande exemplo disso foi aquele vexatório de 7x1 sofrido no confronto com a Alemanha, na Copa do Mundo, realizado aqui no país, no ano passado. E falei futebol mecânico porque a gente percebe que o talento parece que fica de lado, entra a mecânica da preparação do atleta e, em cima disso, os jogadores parecem robôs em campo: no lado que cruzam a bola, como jogam e se comportam. Acabou aquele brilho que éramos acostumados a ver no futebol brasileiro e que atraía as pessoas pela plástica do futebol, pela desenvoltura das jogadas. Parabéns pelo tema, deputado Jean Leutprecht.

Quero lembrar aqui de uma importante reunião que tivemos ontem em Brasília, capitaneada pelo nosso senador Dário Berger, a pedido nosso, numa vinda do senador ao extremo oeste do estado catarinense, em que ele teve oportunidade de ver as dificuldades em que se encontram as três principais rodovias do extremo oeste catarinense: BR-158, BR-163 e a BR-282.

Em virtude disso solicitamos a ele que agendasse uma audiência com a nossa presidente Dilma Rousseff, se não possível com a presidente, então, que agendasse com o vice-presidente uma conversa porque através do DNIT aqui de Santa Catarina nós cansamos; através do ministério dos Transportes estávamos também cansados, porque os resultados não aconteciam, eram somente encaminhamentos de uma possibilidade da execução dessas obras através de tal de Crema, que é um projeto federal, que a gente apenas ouve, mas não sentimos o sabor desse crema, porque na prática nada acontece, principalmente nesses trechos, de Xanxerê ao extremo oeste do estado catarinense e, quando acontece, eles são suspensos na metade do seu caminho, a exemplo da BR-163, que liga o município de São Miguel d'Oeste até a divisa com a Argentina, ou seja, o nosso município de Dionísio Cerqueira, que a obra teve início, paralisou e não conseguimos dar uma resposta à sociedade de quando é que esses trabalhos serão retomados até porque aquilo que foi feito na rodovia está se perdendo, pois o tempo, o tráfego intenso acaba deteriorando o pouco que já foi feito naquela rodovia.

Então, solicitamos essa audiência, que foi prontamente ajustada em Brasília, e ontem estivemos lá acompanhados de parlamentares federais, de representantes de 38 municípios do extremo oeste de Santa Catarina que hoje sentem a dificuldade de locomoção por essas rodovias.

E para a nossa felicidade fomos, não apenas bem recebidos pelo nosso vice-presidente da República, mas também bem encaminhados. A partir da conversa houve uma determinação, uma solicitação do vice-presidente para que o ministro dos Transportes nos recebesse no passo seguinte, uma hora após a conversa com o vice-presidente, e que fizesse todos os encaminhamentos necessários, inclusive o remanejamento orçamentário, se não tivéssemos recursos e condições de executar essas obras, de outras obras, para que assim se desse a atenção necessária e imediata à recuperação dessas rodovias para restabelecermos a trafegabilidade nas três rodovias do extremo oeste catarinense.

E aí também como sugestão nossa, que fosse colocado em atividade para um trabalho mais rápido nessas rodovias, o uso da mão de obra e de todo o conhecimento do Batalhão de Engenharia de construção do Exército de Lages. Sabemos que esse batalhão tem feito obras importantes no território catarinense.

Então, a sugestão nossa e também sugestão essa que foi endossada pelo vice-presidente da República, para que o ministro dos Transportes fizesse os contatos necessários para que, pelo menos a BR-158, a pior rodovia federal no território catarinense, se usasse dessa força do Exército Brasileiro para a recuperação e dar condição de segurança de trânsito naquela rodovia.

Então, a reunião foi muito boa, positiva. Tivemos também uma reunião muito produtiva no ministério da Integração Nacional, onde tratamos da situação dos municípios atingidos pelas enchentes que aconteceram neste mês de julho. Agora os municípios estão correndo atrás dessa papelada, da parte burocrática para poder ter acesso a esses recursos para recompor patrimônio, vias públicas, bens públicos que foram atingidos pelas cheias.

Neste mesmo tema, também esses municípios foram convidados pelo nosso gabinete a participar de uma audiência que acontecerá amanhã, 6 de julho, às 11h, com o nosso governador do estado, João Raimundo Colombo, com os secretários da Defesa Civil, Milton Hobus, e da Agricultura e da Pesca, Moacir Sopelsa, para podermos agilizar a parte de apoio do governo catarinense para com esses municípios atingidos.

Então, todos estarão aqui participando dessa conversa na manhã desta próxima quinta-feira.

Do desdobramento também das reuniões em Brasília com o vice-presidente, depois com o ministro dos Transportes, resultou numa agenda que vamos ter agora também na sexta-feira, às 15h, na Acamosc, em Chapecó, com a presença do ministério dos Transportes, do DNIT de Santa Catarina, com essas lideranças que estiveram em Brasília, para traçarmos o passo seguinte, resultado dessa conversa que fizemos na terça-feira passada lá em Brasília, para darmos efetividade a tudo aquilo que foi conversado e encaminhado.

Então, vejo com bons olhos, essa nossa pauta de trabalho em Brasília e acredito que conseguiremos dar uma resposta, não apenas de Santa Catarina, mas também ao nosso país, porque essas rodovias dão um importante acesso pelo território catarinense a muitos estados da nossa federação.

Então, voltei muito otimista, muito positivo, vejo que deu resultado a conversa, deu resultado esta mobilização de todos esses municípios do extremo oeste catarinense, porque levamos à nossa presidente da República o nosso pedido de socorro, foram inúmeras reuniões, como relatei em outras oportunidades aqui neste Parlamento, e inúmeros foram os encaminhamentos feito ao DNIT catarinense, mas que na prática nada aconteceu para que desse respaldo à reivindicação e aos desejos de todo aquele povo que vive no extremo oeste catarinense.

Então, agora pela voz e pela força do segundo comando do nosso país, acredito que

teremos a sensibilidade da presidente da República em colocar como prioridade esses três trechos que não representam muito em quilometragem, mas que representam muito em economia, desenvolvimento não só para Santa Catarina, mas também para o nosso país.

Seria isso, sr. presidente.

Obrigado pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Mauro de Nadal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses.

Gostaria de usar esta tribuna para relatar importante audiência que mantivemos ontem, em Brasília, no ministério da Educação, a respeito de uma luta antiga que temos travado, qual seja, pela expansão do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul, e ontem, especificamente, tratamos da criação do campus de Concórdia.

A região de Concórdia participou ativamente da ação e do movimento pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Na ocasião, como prefeito daquele município, também em inúmeras ocasiões, participamos de reuniões, mobilizações, até que finalmente esta universidade foi criada, num grande avanço, e estabeleceu a reitoria em Chapecó, e campus também no Paraná e Rio Grande do Sul.

Desde aquela ocasião, ansiava-se, no caso específico da região de Concórdia, também pela instalação de um campus, e essa luta prosseguiu. Foi elaborado um projeto, houve, em 2012, um compromisso do governo, então assumido pelo ministro da Educação Aloizio Mercadante, de que esse campus era importante e deveria sair.

A universidade instituiu a comissão oficial de elaboração do projeto, foi o projeto elaborado, e hoje nós estamos na expectativa de que isso de fato seja efetivado.

Estivemos, ontem, mais uma vez, no ministério da Educação, acompanhado de lideranças do Alto Uruguai Catarinense, do prefeito de Concórdia, a prefeita presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, de representantes de entidades empresariais e do deputado federal Pedro Uczai, com que articulamos essa reunião. E, mais uma vez, estivemos lá com o secretário executivo do MEC, que nos atendeu de forma muito atenciosa, e também com uma perspectiva positiva de que este campus de fato saia.

Até porque depois desse campus, deputado Padre Pedro Baldissera, nós temos outras reivindicações que estão na fila, como o de São Miguel do Oeste, que nos somamos a elas para esta expansão, que era um compromisso do MEC desde a criação, deputado Natalino Lázare, da Universidade Federal de Fronteira Sul.

Então, ontem, tivemos essa reunião importantíssima, mais uma vez ressaltando que todos os requisitos já estão preenchidos, o projeto está elaborado, e, nas palavras do próprio secretário executivo do MEC, não há discussão, deputado Padre Pedro Baldissera,

sobre a questão do mérito, ou da tramitação, da criação. Há apenas a pendência de ter aprovação, por parte do Congresso Nacional, de mais cargos de professores para as instituições superiores, de professores e técnicos para as nossas universidades. Estes cargos sendo distribuídos para as universidades permitem que elas, dentro da sua autonomia, criem os campus e esses cursos, aquilo que já está encaminhado.

Então, nós ficamos satisfeitos com esta audiência, deputado Natalino Lázare, porque demos mais um passo nessa luta que existe desde o movimento pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, há uns 15 ou 16 anos. E depois, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que acompanhou todo esse movimento, depois da criação da Universidade da Fronteira, temos quase oito anos dessa luta para ter o campus da Universidade Federal da Fronteira Sul em Concórdia, ou seja, mais um campus da Universidade Federal em Santa Catarina, que é a nossa grande luta, o grande sonho.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo, deputado.

Tenho uma especial admiração por v.exa. pelos cargos que ocupou, prefeito de Concórdia duas vezes, com extraordinária performance e também como parlamentar. E nessa sua luta da implantação do ensino público em Santa Catarina, especialmente no oeste de Santa Catarina.

Nós, no oeste, andamos a duras penas, precisamos avançar muito. Nada contra quem já conseguiu esses benefícios, mas a sua luta nos encoraja muito a continuarmos, no sentido de que se avance ainda mais.

Nós não temos a Udesc ainda lá consolidada no oeste de Santa Catarina, não temos ainda a Universidade Federal da Fronteira Sul, não temos ainda o ensino público consolidado.

Então, essa sua luta é uma luta realmente importante para a nossa região. E esse deputado está à disposição para realmente fazermos a pressão necessária em Brasília e aqui no estado, para que os alunos do oeste de Santa Catarina também sejam considerados iguais a todos os estudantes de Santa Catarina. Por isso, parabéns por essa luta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado pelas suas palavras bondosas, em primeiro lugar a respeito desse parlamentar e, em segundo lugar, por essa sua solidariedade nessa luta e essa sua disposição.

Portanto, quero fazer esse registro dessa audiência que mantivemos ontem em Brasília, desse momento importante. E a minha expectativa e deixar registrado o nosso apelo para que o MEC possa conseguir articular com o Congresso Nacional, com o governo federal, a criação de cargos de professores para as nossas universidades brasileiras que permitam continuar uma expansão importante que foi feita nos últimos anos e que não pode parar. E dentro dessa expansão, a expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul é uma das grandes exigências e sonho dos catarinenses.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, para concessão de Título de Cidadão Catarinense ao dr. Homero de Miranda Gomes, *in memoriam*.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 1ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Às dezessete horas do dia dezoito de agosto de dois mil e quinze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado João Amin, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: João Amin, Valdir Cobalchini, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Jean Leutprecht, Cleiton Salvaro e Manoel Mota. Após a verificação de quorum regimental, o Presidente abriu os trabalhos, cumprimentando a todos e agradecendo pela presença. Ato contínuo submeteu para aprovação a ata da nona reunião ordinária do dia quatorze de julho de dois mil e quinze, a qual foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo apresentou para apreciação e votação os seguintes requerimentos: 1) Requerimento subscrito pela Deputada Luciane Carminatti, para que sejam convidadas para a reunião da Comissão de Transportes, as seguintes entidades: FACISC, FIESC, FECOMÉRCIO, FCDL, FAMPESC E FETRANDESC, com o objetivo de formar um grupo de trabalho para debater, construir alternativas e acompanhar o processo de duplicação e concessão das rodovias BR-282 e Br-470; 2) Requerimento subscrito pelo Deputado Nikolas Reis, para realização de audiência pública, no próximo dia 27 de agosto de 2015, no Plenarinho, desta Casa Legislativa, para tratar assuntos relacionados ao Projeto de Revitalização da Rodovia Antonio Heil - Itajaí/Balneário Camboriú; 3) Requerimento subscrito pelo Deputado João Amin, para realização de audiência pública, na Cidade de Timbó, SC, no próximo dia 31 de agosto de 2015, para tratar da situação dos acostamentos e sinalização nas rodovias estaduais naquela região, atendendo solicitação do ofício nº 92/2015, da Câmara Municipal de Vereadores de Timbó, Estado de Santa Catarina. Submetidos à apreciação e votação, os requerimentos foram aprovados por unanimidade pelos deputados membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, declarou encerrada a presente reunião, da qual para constar, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e apro-

vada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia.

Sala das Comissões, dezoito de agosto de dois mil e quinze.

Deputado João Amin
Presidente

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015

OBJETO: TROCA DE REVESTIMENTO ACÚSTICO DA RÁDIO E DA TVAL DA ALESC.

DATA: 02/09/2015 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 02 de setembro de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

Lonarte Sperling Velloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 660/15

CTA/FESAG 007/2015 Florianópolis, 12 de agosto de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência (Fundação ESAG), de Florianópolis, referente ao exercício de 2014.

Cosnantino Assis

Presidente do Conselho de Administração

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 661/15

Ofício nº 112/15 Itajaí, 14 de agosto de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Deficientes Visuais de Itajaí e Região (ADVIR), em Itajaí, referente ao exercício de 2014.
Jairton Fabeni Domingos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 662/15

ACBCB OF. 010/2015 Brusque, 30 de julho de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Brusque, referente ao exercício de 2014.

Marcio Ullrich
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 663/15

Ofício 045/OCA/15/SIL São José, 10 de agosto de 2015
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Orionópolis Catarinense, de São José, referente ao exercício de 2014

Pe. José Manuel dos Santos
Diretor Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/08/15

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 664/15

Ofício Nº 1.861/2015 - GP Florianópolis, 17 de agosto de 2015
Encaminha Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registros, relativo ao 1º semestre de 2015.

Nelson Schaefer Martins
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2206, de 20 de agosto de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **GERALDO MARQUES**, matrícula nº 1380, no Gab Dep Valmir Comin, a contar de 18 de agosto de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2207, de 20 de agosto de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Padre Pedro Baldissera **IVANOR SFREDDO**, Agente Operacional Técnico III, matrícula nº 4520-9, servidor da EPAGRI, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 1965, de 05 de agosto de 2015, a contar de 19 de agosto de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2208, de 20 de agosto de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 016/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
1039	VICTOR INACIO KIST	Pregoeiro substituto
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Equipe de apoio
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2209, de 20 de agosto de 2015

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 017/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Pregoeiro
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	Pregoeiro substituto
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Equipe de apoio
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 015/2015**

Inclui o art. 139-A na Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar acrescida do art. 139-A, com a seguinte redação:

“Art. 139-A. A política de desenvolvimento regional será executada por meio de apoio financeiro aos Municípios catarinenses, prestado pelo Estado mediante recursos destinados ao Fundo de Apoio aos Municípios previsto em lei, para garantir o financiamento dos planos, programas e ações municipais de desenvolvimento.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Gelson Merísio
Deputado Leonel Pavan
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Serafim Venzon
Deputado Darci de Matos
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Gabriel Ribeiro
Deputado Mário Marcondes
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado José Nei Ascari
Deputado Natalino Lazare
Deputado Nikolas Reis
Deputado Pe. Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

Esta Proposta de Emenda Constitucional inclui o artigo 139-A à Constituição do Estado, com o objetivo de determinar que a política de desenvolvimento regional seja executada pelo Estado por intermédio

do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), garantindo a destinação de recursos específicos para que os Municípios possam dar cumprimento efetivo aos planos, programas e ações locais de desenvolvimento.

É fato notório que os Municípios são os entes responsáveis por atender a grande maioria das demandas sociais exigidas pela população, notadamente aquela parcela menos favorecida e mais dependente dos serviços públicos de educação, saúde e segurança pública.

A experiência obtida com a implantação do FUNDAM demonstra que a gestão dos recursos públicos se torna mais eficiente quanto os investimentos são executados diretamente pelos Municípios, visto que são os entes mais próximos da população e que conhecem exatamente os anseios reclamados pela sociedade. Em sua primeira etapa de execução, o FUNDAM distribuiu mais de R\$ 500 milhões para todos os Municípios do Estado, representando investimento direto e desburocratizado para que as Prefeituras catarinenses cumpram suas obrigações em atender a população local.

Nesse sentido, cabe ao Estado fortalecer esse importante instrumento de descentralização e desconcentração de receitas, provendo os Municípios com recursos necessários para colaborar no atendimento das demandas sociais, sem a necessidade de criar estruturas concorrentes que se sobrepõem àquelas já existentes e em funcionamento nas Prefeituras Municipais.

O papel do Estado como vetor do desenvolvimento não se efetiva pela criação ou ampliação de estruturas administrativas. Tal procedimento, na verdade, burocratiza e encarece a gestão pública, ao estabelecer mais instâncias decisórias que ficarão interpostas entre o administrador público e os anseios da sociedade.

A efetividade das políticas públicas se concretiza quando se reduzem as barreiras entre as demandas sociais e as ações executivas. Se as demandas sociais estão localizadas nos Municípios e as Prefeituras Municipais são os órgãos responsáveis por cumprir a obrigação constitucional de satisfazer essas demandas, torna-se oportuno e adequado, portanto, que o Estado promova a descentralização dos recursos para que os próprios Municípios possam responder às aspirações sociais.

Ao Estado, no papel de indutor de desenvolvimento, cabe acompanhar e orientar os Municípios na execução das atividades necessárias para promover as demandas sociais, e não substituir ou sobrepor os Municípios na execução dessas atividades, economizando recursos públicos por ora despendidos à manutenção de estruturas burocráticas para destiná-los ao atendimento das demandas sociais, finalidade precípua do Poder Público.

Desta forma, a afirmação constitucional do FUNDAM como mecanismo de descentralização e desconcentração de recursos públicos para os Municípios, destinatários principais dos anseios sociais, tornará mais eficiente a gestão das demandas públicas, fortalecendo também o papel do Estado como indutor do desenvolvimento local e regional.

Assim posto, solicito apoio dos demais Pares à aprovação desta Proposta de Emenda Constitucional.

Deputado Gelson Merísio
Deputado Leonel Pavan
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Serafim Venzon
Deputado Darci de Matos
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Gabriel Ribeiro
Deputado Mário Marcondes
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado José Nei Ascari
Deputado Natalino Lazare
Deputado Nikolas Reis
Deputado Pe. Pedro Baldissera

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0325.8/2015

Dispõe sobre a inclusão da carne de Tilápia produzida e processada industrialmente no Estado de Santa Catarina na merenda escolar das escolas da Rede Estadual de Ensino.

Art. 1º Fica incluída na merenda escolar das escolas da Rede Estadual de Ensino a carne de Tilápia produzida e processada industrialmente no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

Santa Catarina, a exemplo de outros Estados da Federação, vem assistindo, nos últimos anos, ao crescimento acentuado da produção de peixes de água doce, especialmente a Tilápia, espécie muito apreciada pelos consumidores.

No entanto, o consumo da carne de peixe em Santa Catarina ainda é um dos mais baixos do país em comparação à média nacional, algo em torno de 8 (oito) quilos per capita/ano. Nas regiões produtoras, mais distantes do litoral catarinense, a média de consumo não passa de 4 (quatro) quilogramas, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Nesse contexto, o Projeto de Lei em tela tem por objetivo, além de aumentar o consumo do peixe produzido em Santa Catarina, proporcionar, devido às suas qualidades proteicas, uma dieta mais saudável aos estudantes catarinenses beneficiados pela merenda escolar.

Registre-se que outros Estados já adotaram tal medida, como é o caso do Rio Grande do Sul e São Paulo.

É nesse contexto que apresentamos o presente Projeto de Lei, visando à inclusão da carne de Tilápia no cardápio da merenda escolar catarinense.

Assim, solicito aos nobres Pares a aprovação da presente medida legislativa.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0326.9/15

Dispõe sobre a proibição da veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas em painéis e similares às margens das rodovias do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida a veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas em painéis e similares às margens das rodovias do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A proibição de que trata o *caput* refere-se a qualquer local que permita visibilidade, a partir das rodovias.

Art. 2º A inobservância do disposto nesta Lei acarretará ao infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

A CRFB/88, no seu art. 23, inciso XII, estabelece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito.

Cabe, ainda, ressaltar que a presente proposição não se encontra elencada no rol do artigo 50, § 2º, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as matérias de competência privativa do Governador de Estado.

No mais, destaca-se que a **função de legislar é típica deste Poder**, não sendo possível admitir o esvaziamento da atividade legislativa quando da interpretação, de forma ampliativa, da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

Embora o seu uso seja aceitável socialmente, as bebidas alcoólicas geram grandes prejuízos. Especialistas são praticamente unânimes ao assegurar que tal consumo guarda estreita relação com a ocorrência de acidentes de trânsito, muitas vezes com vítimas fatais.

Diante de tal quadro, acreditamos que cabe ao Estado, ao menos, proibir as propagandas de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias estaduais. Ora, propaganda de tal conteúdo implica em evidente contrassenso às inúmeras campanhas da proibição de beber e dirigir.

É urgente a necessidade de combater todos os fatores que contribuam para o aumento de óbitos em nossas rodovias e, nesse sentido, por ser a bebida alcoólica uma das grandes causadoras dos acidentes em estradas, nada mais justo que suprimir a sua publicidade nas rodovias do nosso Estado. A propaganda de bebidas alcoólicas nas estradas estimula o motorista a desobedecer a lei, consumir o álcool e, assim, colocar em risco pessoas inocentes.

A título exemplificativo, o Estado de São Paulo já legislou sobre o tema, ainda no ano de 2003, conforme dispõe a Lei n. 11.517/2003, daquele Estado.

Ressalte-se, ainda, que existe no Estado de Santa Catarina a Lei n. 14.322, de janeiro de 2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do Estado, que em sua justificativa o preponente, Deputado Gelson Merisio, observou:

O projeto visa tornar as rodovias estaduais mais humanas, fato que por si só, vem justificar a presente iniciativa, pois desnecessário se faz realçar a relação dos acidentes com ingestão de bebidas alcoólicas, hoje nosso estado ocupa o segundo lugar em números de acidentes, apesar de possuir somente 3% do território nacional.

O momento é oportuno, considerando um desejo literal de todos os setores da sociedade, "ver vidas preservadas".

De um lado o comércio ao longo de nossas estradas se constitui em fatores indutores e causadores de embriaguez por servirem, indiscriminadamente e de forma explícita todos os tipos de bebidas, com os mais variados teores alcoólicos. De outro, os motoristas em grande parte fazem uso de bebidas alcoólicas de forma indisciplinada e indiscriminada, causando o seu próprio malefício, bem como o de terceiros, já que o risco de um motorista qualquer causar um acidente de trânsito aumenta em proporção geométrica ao número de doses de bebida alcoólica ingeridas no decorrer do dia. Pelo acima exposto, torna-se imperioso estabelecer medidas limitadoras da venda de bebidas alcoólicas, a fim de desestimular o consumo das mesmas por parte dos motoristas que circulam pelas rodovias do Estado de Santa Catarina, visando diminuir as estatísticas funestas de nossas estradas.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar
Líder da Bancada do PMDB

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 0327.0/2015

Altera a Lei Estadual nº 14.443, de 28 de maio de 2008, que declara de utilidade pública a Associação Coro Lírico da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º A Lei nº 14.443, de 28 de maio de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Coro Lírico Catarinense - ACOLIRICA"

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Coro Lírico Catarinense - ACOLIRICA.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A Entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração dos Pares, o Projeto de Lei que visa alterar a Lei Estadual nº 14.443, de 28 de maio de 2008, que declara de utilidade pública a Associação Coro Lírico da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis, passando a denominar a aludida entidade de "Associação Coro Lírico Catarinense - ACOLIRICA".

Assim, solicito o apoio e acolhimento da proposição em comento, para que a Entidade aludida, possa continuar a usufruir dos direitos e vantagens previstas na legislação vigente, pugnando ao fim, pela aprovação da matéria.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 328/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 193

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Salete".

Florianópolis, 17 de agosto de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 52/15

Florianópolis, 29 de julho de 2015

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, e doar ao Município de Salete, o imóvel com área total de 2.405,50 m² (dois mil, quatrocentos e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, onde funcionava uma unidade sanitária, matriculado sob o nº 367 no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Taió e cadastrado sob o nº 4073 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente doação tem por finalidade a construção de uma nova unidade sanitária por parte do Município.

Contudo, a consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente

João Batista Matos

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 328/2015

Autoriza a doação de imóvel no Município de Salete.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Salete o imóvel com área de 2.405,50 m² (dois mil, quatrocentos e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 367 no Registro de Imóveis da Comarca de Taió e cadastrado sob o nº 4073 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias à titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade regularizar a ocupação do imóvel e finalizar a construção de uma nova unidade sanitária pelo Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 329/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 194

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Palhoça".

Florianópolis, 17 de agosto de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 55/15

Florianópolis, 09 de julho de 2015

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Palhoça, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o uso gratuito de parte de um imóvel com área de 2.687,12 m², matriculado sob o nº 1.353 no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrado sob o nº 01567 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

A presente cessão de uso tem por finalidade disponibilizar o imóvel como área de esporte e lazer em benefício da comunidade local.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

João Batista Matos

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 329/2015

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Palhoça.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Palhoça, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o uso gratuito do imóvel com área de 2.687,12 m² (dois mil, seiscentos e oitenta e sete metros e doze decímetros quadrados), que é parte de uma área maior matriculada sob o nº 1.353 no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça e cadastrada sob o nº 01567 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade a implantação de uma área de esporte e lazer, por parte do Município, em benefício da comunidade.

Art. 3º O cessionário, sob pena de reversão antecipada e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O Estado retomará a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a cessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a cessão de uso;

IV - necessitar do imóvel para uso próprio; ou

V - houver desistência por parte do cessionário.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo cessionário, sem que ele tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, cedente e cessionário firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0330.5/15

Dispõe sobre o fornecimento de peruca às pessoas com alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia no âmbito do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º Fica garantido o fornecimento de peruca às pessoas com alopecia (queda de cabelo) provocada pela quimioterapia, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O acessório mencionado no artigo 1º desta Lei será fornecido aos usuários (as) dos Serviços de Saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 3º As instituições de saúde ligadas ao SUS poderão captar doações de perucas visando a organização de um banco de perucas para posterior distribuição às pessoas com alopecia provocada pela quimioterapia.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão, por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem o objetivo de contribuir no tratamento e na amortização dos transtornos enfrentados pelas pessoas que são submetidas a quimioterapia, bem como, recuperar a autoestima e fortalecer as pessoas para o enfrentamento do câncer.

A alopecia é o termo técnico para a perda de cabelo. Os quadros de alopecia são divididos em dois grandes grupos: cicatricial e não cicatricial. No primeiro, o folículo piloso (raiz) é afetado de forma definitiva por doenças inflamatórias, infecciosas ou traumas permanentes. A segunda situação é diagnosticada quando a perda é

temporária e reversível, como interrupção por causa de medicação, traumas emocionais e déficits nutricionais.

A queda de cabelo provocada pela quimioterapia é considerada alopecia não cicatricial, sendo temporária e reversível. Assim, pessoas que se submetem à quimioterapia podem ter queda de cabelos durante o tratamento. Embora essa seja uma reação rara no caso da quimioterapia oral, é bastante freqüente quando se utiliza a quimioterapia intravenosa. Neste caso, uma das preocupações do paciente, principalmente no caso das mulheres, é buscar alternativas para manter sua aparência habitual, de forma a enfrentar a rotina sem grandes mudanças, contribuindo para a melhora da autoestima.

Para algumas mulheres, o cabelo representa a identidade do ser feminino. Muitas pessoas tem perucas antigas guardadas em casa, porque a moda mudou ou já recuperaram o seu cabelo, estas pessoas podem ser estimuladas pelo poder público a fazer doações possibilitando que as instituições de saúde montem bancos de perucas para aqueles que perderam seus cabelos devido ao tratamento quimioterápico.

Dessa forma, na certeza de poder contar com o apoio dos Nobres Deputados para dar continuidade a um trabalho que tem como prioridade a excelência no atendimento à saúde, atendendo as necessidades da população catarinense e pelo grande alcance da proposição ora apresentada, requeremos e contamos com o imprescindível apoio dos meus nobres pares na aprovação do presente Projeto de Lei, que visa o fornecimento de peruca às pessoas com alopecia provocada pela aplicação da quimioterapia.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 331.6/2015

Dispõe sobre obrigatoriedade da comunicação e oferta de interligação de câmera de monitoramento de vigilância entre empresas privadas e o poder público e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas privadas instaladas no Estado de Santa Catarina, que possuem instaladas em suas dependências, câmeras de monitoramento de vigilância, comunicar e disponibilizar a interligação ao monitoramento realizado pela Polícia Militar, quando solicitada, para complementação do monitoramento e segurança das áreas de coberturas em tempo real.

§1º: Para efeitos desta Lei Estadual, a comunicação disposta no art. 1º, deverá ser feita no ato da instalação do sistema de segurança, sendo obrigatória a instalação de equipamento com viabilidade técnica para o acesso da central de monitoramento da rede já existente administrada pelo poder público nas vias públicas para possibilitar a visualização das imagens transmitidas em tempo real pelas câmeras.

§2º As câmeras citadas no parágrafo anterior são as dispostas exclusivamente nas áreas externas de estabelecimentos comerciais, serviços, empresas e estacionamentos onde exista circulação de pessoas e próximo a vias públicas, quando assim solicitadas pelas forças de segurança.

§3º Ficam excluídas as câmeras de vigilância interna dos estabelecimentos citados neste artigo, salvo aquelas consideradas necessárias pelo poder público para monitoramento.

§4º Esta proposição visa garantir o disposto na Constituição Federal, nos seus art. 5º, inciso XXXIII (regulamentada pela Lei Federal nº 12527/2011, art. 23º inciso III), art. 6º, art. 144º em seu parágrafo 10, combinado com os da Constituição Estadual em seu art. 8º inciso III, art. 105, art. 106 inciso IV, art. 107, inciso I, letra "a".

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se as seguintes definições:

I - Câmera de monitoramento de vigilância:

a) Equipamento audiovisual que capta imagem e quando possível áudio, em áreas de circulação coletiva para a segurança e vigilância no combate a possíveis crimes realizados por terceiros e que não invada a privacidade do cidadão ou seja não utilizada para verificação de realização de atividade laboral por parte de colaboradores.

II - Tipos de estabelecimentos:

a) Estabelecimentos comerciais, de serviços e empresas de grande porte onde haja circulação acima de 50 (cinquenta) pessoas por dia e que possuam a câmera de monitoramento de vigilância voltado para área interna e externa com visão da circulação das vias e que sejam considerados pontos estratégicos para o poder público de serem monitoradas.

b) Estabelecimentos comerciais, serviços e empresas de pequeno porte onde haja circulação abaixo de 50 (cinquenta) pessoas por dia e que possuam a câmera de monitoramento de vigilância voltado para área interna e externa com visão da circulação das vias e que quando necessário podendo ser solicitado pelo poder público a disponibilização das imagens em tempo real para garantia da segurança pública.

Art. 3º Fica facultado ao Poder Público, quando notificado da instalação do equipamento, a necessidade da utilização ou não das imagens do equipamento a qualquer momento, sob pena de aplicação de multa, caso não haja cumprimento do disposto nesta Lei Estadual.

Parágrafo Único: Os estabelecimentos que já possuem câmeras de monitoramento e vigilância deverão comunicar ao Poder Público em um prazo máximo de 90 (noventa dias) após a regulamentação desta Lei, sob pena de aplicação de multa estabelecida em regulamento, da existência da câmera de funcionamento para verificação seu enquadramento e necessidade, bem como para receber orientação sobre possíveis adaptações que vieram ocorrer no sistema.

Art. 4º O Executivo regulamentará, no que couber, em um prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 18 de Agosto de 2015

Deputado Patrício Destro (PSB)

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que "Dispõe sobre obrigatoriedade da comunicação e oferta de interligação de câmera de monitoramento de vigilância entre empresas privadas e o poder público e dá outras providências" visando proporcionar a melhoria na segurança pública e o compartilhamento de informação, algo necessário para a prevenção e o combate a crimes, principalmente nas maiores cidades onde já existem parcerias. O monitoramento, atuando nas câmeras privadas pode aumentar o combater os pequenos e grandes furtos, assaltos e até sequestro, além da intimidação por saber que ao cometer os crimes, estão sendo vigiados por uma central que monitorará em fará a prevenção quanto sua atuação.

I- Quanto a legalidade da proposição

Ao iniciar esta justificativa, preliminarmente convém entrar no debate e ressaltar que a função de legislar é atribuída, de forma típica, ao Poder Legislativo, o que pressupõe que a este Poder deva ser dada a possibilidade de deflagrar o processo legislativo, ressalta-se e é importante ressaltar, exceto(!) quando haja expressa previsão em sentido contrário na própria Constituição.

Dito isto, resta claro de que as hipóteses constitucionais de iniciativa privativa formam um rol taxativo. E, mais ainda, configuram a exceção, devendo, portanto, ser interpretadas de forma restritiva.

É válida a clássica lição da hermenêutica, segundo a qual as exceções devem ser interpretadas de forma restritiva e que, portanto os casos de iniciativa privativa devem ser elencados em rol taxativo nas Cartas Federal e Estadual.

Neste sentido e ainda corroborando este entendimento o Supremo Tribunal Federal já pacificou a jurisprudência de que:

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. (STF, Pleno, ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001 (original sem grifos).

Pois como bem advertiu o ministro Gilmar Mendes durante o julgamento da ADI nº 2.417/SP:

(...) uma interpretação ampliativa da reserva de iniciativa do Poder Executivo, no âmbito estadual, pode resultar no esvaziamento da atividade legislativa autônoma no âmbito das unidades federativas. (original sem grifos).

Dito isto, colaciona-se ainda outras jurisprudências firmadas pelo Supremo Tribunal Federal que reconhecem a constitucionalidade de projetos de lei de iniciativa parlamentar que instituam praticas publicas desde que, conforme já indicávamos na justificativa do nosso Projeto de Lei, não criem ou redesenhem qualquer órgão da

Administração Pública, nem crie deveres diversos daqueles genéricos já estabelecidos como também importem em despesas extraordinárias.

Nesta propositura, não redesenhamos nenhuma secretaria ou autarquia, pelo contrário, promovemos a oferta e integração das imagens de segurança privada ao serviço de segurança pública, demandando e facultando o aceite as centrais de monitoramento já existente, bem como aumentando o acesso a lugares que as câmeras do poder público geralmente não chegam;

No rol de proposições, a qual justificamos a propositura, comparamos a própria criação de um programa municipal, o que poderia atingir mais as prerrogativas do executivo, o qual foi considerado lícito. Abaixo apresentamos o AgR deflagrado em decorrência do RE nº 290.549/RJ, que atacava lei, frisa-se, de iniciativa parlamentar que criava um programa intitulado *Rua da Saúde*, que considerou, por sua vez, constitucional lei de iniciativa parlamentar que criava programa municipal.

"A criação, por lei de iniciativa parlamentar, de programa municipal a ser desenvolvido em logradouros públicos não invade esfera de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo." (RE 290.549-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 28-2-2012, Primeira Turma, DJE de 29-3-2012.)

Portanto, segundo melhor interpretação do Supremo Tribunal Federal, as hipóteses de iniciativa privativa devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas também - e principalmente - quanto ao seu alcance porque não se deve ampliar, por *via interpretativa*, os efeitos de seus dispositivos, sob pena de cerceamento e aniquilamento de função típica de Poder e tendo ainda por agravante quando feito pelo próprio Poder(!).

Dito isto convém ainda destacar o comando de observância obrigatória contido no inciso XII do art. 40 da Constituição Estadual que alerta para este Poder ser de sua competência exclusiva "*zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes*".

Em tempo, a referida proposição já é praticada em outros estados, o qual veremos abaixo na argumentação de mérito, assim apelamos aos nobres pares a aprovação dessa proposição como forma de aumentar a segurança dos cidadãos catarinenses.

II- Quanto ao mérito da proposição

Abaixo segue matérias noticiadas na imprensa, a primeira é do estado do Amazonas:

O Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), localizado na Zona Centro-Sul de Manaus, vai agregar câmeras privadas ao seu sistema até o final do mês de agosto, segundo anúncio feito na noite da quinta-feira (23), pelo secretário de segurança pública, Sérgio Fontes. O secretário ainda informou que as operações de segurança continuam em atividade na capital durante esta semana. Entre sexta-feira (17) e segunda-feira (20), 35 mortes foram registradas na cidade. De acordo com o secretário, o Ciops possui cerca de 230 câmeras espalhadas pela cidade.

No final deste mês de julho, será realizado um chamamento público para que iniciativas privadas compartilhem suas imagens com o sistema de segurança pública.

"Queremos estar com as câmeras funcionando até o final do mês de agosto. Vamos agregar entidades privadas como as câmeras das indústrias do Distrito Industrial, comércios, bancos. Quem se interessar poderá fazer um convênio conosco. O ideal é chegar a mil câmeras aqui dentro. Nossa capacidade é ilimitada", declarou Fontes.

O secretário também comentou ocorrências de assaltos, como a da tarde desta quinta em um shopping de Manaus. "O nosso foco está na redução de homicídios. Esses assaltos acontecem em uma cidade de 2 milhões de habitantes", disse.

Operações

Na quinta-feira, 150 policiais da SSP-AM foram para as ruas para continuar as operações de segurança com o apoio das Polícias Civil e Militar (PM-AM). O secretário-executivo adjunto de Operações da SSP-AM, Pedro Florêncio, informou que a Operação Pescador vai atuar em todas áreas onde ocorreram o maior número de homicídios.

"Vamos realizar abordagens a veículos, vamos abordar os ônibus e falar com a comunidade, dando orientações, explicando e tentando resgatar a sensação de segurança na cidade. Também temos as operações Barreira e Presença da PM-AM. A tranquilidade já retornou, o sistema de segurança já tem controle absoluto", disse.

O secretário Sérgio Fontes afirmou que o conceito das operações que aconteceram nesta quinta-feira não são abordagens surpresa, mas mostrar a presença da polícia à população.

"Vamos usar o giroflex, conversar com a comunidade, mostrar a sociedade que estamos aqui", ressaltou.

Mortes

Conforme levantamento feito pelo G1, a maior parte dos homicídios registrados em Manaus em três dias ocorreu nas Zonas Leste e Oeste da capital. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM), 21 dos 35 homicídios ocorreram nestes dois pontos, sendo 12 na Zona Leste e nove na Oeste. Os bairros com maior número de homicídios foram Santa Etelvina, Zumbi, Tarumã e Compensa. Em cada um destes locais, foram registradas três mortes.

O delegado-geral da Polícia Civil, Orlando Amaral, afirmou ao G1, na tarde de segunda-feira (20), que números parciais da investigação indicam que oito vítimas de homicídios registrados têm passagem confirmada pela polícia por crimes de roubo, furto e tráfico de drogas. O delegado não divulgou quem são os mortos que têm ficha na polícia e disse que esse número se refere a investigação dos homicídios ocorridos na madrugada de sábado (18).

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou, na quinta-feira (23), que nove das 35 vítimas de homicídios registrados em menos de 72h em Manaus já tiveram passagem por presídios do Amazonas.

(Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/07/ciops-vai-integrar-cameras-privadas-sistema-de-seguranca-diz-ssp-am.html>)

São Paulo:

Nesta segunda-feira, 19, o Governo do Estado deu mais um passo no programa São Paulo Contra o Crime. Foi estabelecido o protocolo de intenções com associações de empresas de segurança privada para o recebimento de imagens e informações que vão contribuir com o combate à criminalidade.

O protocolo prevê que imagens de circuitos de vigilância privadas sejam compartilhadas com o sistema de videomonitoramento da Secretaria de Segurança Pública por meio do Detecta, ferramenta que integra bancos de dados já existentes com câmeras de vídeo e emite alertas automáticos de crimes em tempo real. Este mesmo sistema já está sendo instalado em áreas públicas.

"No Detecta, o Governo tem um sistema de monitoramento semelhante ao de Nova Iorque, e vamos integrar as câmeras de vídeo das empresas do setor privado. Isto vai trazer uma contribuição muito importante", afirmou o governador Geraldo Alckmin.

As imagens captadas poderão ser usadas pelas polícias para flagrantes de crimes e para estabelecer o efetivo policial em cada ocorrência que for atendida, uma vez que serão recebidas com transmissão em tempo real.

O protocolo de intenções foi firmado com cinco associações de empresas de segurança privada e de bares e restaurantes: Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), Associação das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Associação Brasileira das Empresas de Transportes de Valores (ABTV) e Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança (Abrevis).

Os convênios também permitirão o uso de informações importantes para o trabalho policial, como fluxo de pessoas e veículos em determinados horários e regiões, problemas de iluminação pública, entre outras. "Quanto mais o Governo trabalhar junto com a iniciativa privada, mais vamos ganhar em eficiência, somar recursos e fortalecer a Segurança Pública em São Paulo", disse o governador.

Atividade Delegada

O Governo do Estado assinou convênio com mais cinco municípios que receberão a Atividade Delegada. São eles: Votuporanga, Mococa, Promissão, Sud Menucci e São Carlos.

No programa, os policiais militares auxiliam as cidades em diferentes ações durante as horas de folga. A medida possibilita aumento de efetivo da PM nas ruas e contribui com a redução no número de crimes, além incentivar os policiais participantes com ganhos extras no salário.

"[Com a Atividade Delegada], os municípios se envolvem mais com a segurança para levar iluminação onde é preciso, estabelecer horário de funcionamento de bares, melhorar o acesso da população, levar esporte para jovens, enfim, fazer um trabalho integrado com a segurança pública", afirmou Geraldo Alckmin.

Do Portal do Governo do Estado - <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia2.php?id=237081>

Paraná:

Um projeto da Secretaria de Segurança do Paraná, que começou por Curitiba e deve chegar aos demais municípios do Paraná,

utiliza imagens de câmeras de segurança de empresas privadas - como bares, casas noturnas e shoppings - para fortalecer a segurança.

O monitoramento por câmeras de segurança em Ponta Grossa deve contar com novos equipamentos, a partir de parcerias público-privadas, em empresas no Distrito Industrial, segundo o secretário de Segurança Pública de Ponta Grossa, Ary Lovato.

Os contatos iniciais foram realizados e podem fortalecer a segurança do município, com a instalação e compra dos aparelhos realizadas pela secretaria, enquanto a manutenção seria feita pelos empresários.

Atualmente, o município é vigiado por 36 câmeras públicas durante 24 horas por dia, com três guardas acompanhando as imagens.

O número de equipamentos de vigilância ainda é reduzido, embora seja uma eficiente ferramenta na prevenção e combate ao crime, além de serem importantes para ajudar a resolver investigações da Polícia Civil.

O empresário Hélio Sacchi, dono de uma rede de postos de combustível, possui uma central com 16 câmeras fiscalizando seus estabelecimentos. Os postos são constantes vítimas de assaltos - foram dois apenas na última semana - e, segundo Sacchi, com a mesma pessoa praticando o crime.

"Seria muito útil se compartilhássemos nossas imagens com a central da Guarda, porque teríamos um monitoramento direto e reforçaria a segurança da cidade", defendeu Hélio.

A eficiência da utilização de câmeras para fortalecer a segurança do município é unanimidade entre autoridades policiais. O comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, major Ed Mauro Oliveira de Assunção, destaca que a utilização de tecnologia na segurança é sempre bem visto.

"As câmeras foram instaladas recentemente e, além de atuar como ferramenta de repressão, também tem caráter preventivo", afirma o major. Ele aponta que as câmeras muitas vezes evitam que o crime aconteça.

O delegado Maurício de Souza, da 13ª Subdivisão Policial, também destacou a importância da utilização de câmeras de segurança.

"As primeiras medidas adotadas após um crime é utilizar imagens de câmeras para auxiliar na identificação de suspeitos", explica o doutor Maurício.

O delegado afirma que quanto maior o número de câmeras disponíveis, sendo públicas ou privadas, melhor é para o decorrer das investigações.

Fonte: Jornal da Manhã / Ponta Grossa

*** X X X ***

PROJETO DE LEI nº 0332.7/2015

Reconhece o município de Antônio Carlos como Capital Catarinense das Hortaliças e dos Hortifrutigranjeiros.

Art. 1º Fica reconhecido o município de Antonio Carlos como a Capital Catarinense das Hortaliças e Hortifrutigranjeiros.

Parágrafo Único: O título a qual se refere o art. 1º desta Lei é reconhecido a este município por ser o maior produtor de hortaliças do Estado e a maior parte da sua população vive da comercialização e produção de hortifrutigranjeiros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de Agosto de 2015

Deputado Patrício Destro (PSB)

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

História

Antes da chegada dos alemães ao Alto Biguaçu, portugueses e negros já habitavam a região. Foi no ano de 1830 que alguns alemães, comandados por João Henrique Schöeting, desbravaram a planície do Rio do Louro e deram início a efetiva colonização das terras que viriam compor o município de Antônio Carlos. A história conta que dez famílias iniciaram a colonização, primeiro em Louro e mais tarde em Rachadel e Santa Maria.

Os imigrantes eram originários do estado alemão da Renânia - Palatinado, especialmente do altiplano Hunsrück. Haviam sido instalados na primeira colônia germânica de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara, local de solo árduo e impróprio para a agricultura. Por isso, foram em buscas de novos recantos e encontraram as planícies próximas ao rio Biguaçu.

O maior legado deixado pelo imigrante alemão foi a força destemida para o trabalho nas terras de Antônio Carlos. Seus descendentes construíram ao longo do século XX um patrimônio cultural bastante expressivo. Mantiveram os principais costumes e ergueram o município com ordem e determinação. O município de Antônio Carlos foi criado em 06 de novembro de 1963, desmembrado de Biguaçu. Seu nome foi uma homenagem ao estadista brasileiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, político mineiro com grande atuação na Revolução de 30.

Apesar do contato antigo com Florianópolis, Antônio Carlos ainda mantém características marcantes da colonização como fé e cultura familiar, culinária, dialeto ainda hoje falado e a arquitetura preservada que dá charme à cidade. Você poderá ouvir um rádio documentário sobre a história da primeira colônia alemã de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara, produzido pelo jornalista Rony Ramos. O documentário apresenta toda a conjuntura da época e a formação de Antônio Carlos. Baixe o arquivo de som e saiba mais sobre nossa história.

Aspectos Econômicos

Antônio Carlos é o maior produtor de hortaliças de Santa Catarina com produção média anual de 150 mil toneladas. A agricultura é a força da economia do município. **Pelo menos 80% das famílias antoniocarlenses vivem da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros.**

Aproximadamente 60% da produção vão para as Centrais de Abastecimento de Santa Catarina (Ceasa) de São José, onde pelo menos 14% dos produtos comercializados brotam das terras de Antônio Carlos. O município se destaca na produção de folhosas (verdinhos), cenoura, chuchu e batata-doce. Nossos legumes, hortaliças e frutos ganham a mesa de milhares de consumidores da Grade Florianópolis e de diversas regiões do estado.

Está brotando novamente em Antônio Carlos as técnicas da produção orgânica, que ganha espaço nas gôndolas dos supermercados e bancas de feiras. Muitos agricultores apostam na nova tendência de mercado que reflete positivamente nos rendimentos.

A fábrica de refrigerantes Vonpar, que produz a coca-cola, é uma importante geradora de empregos diretos e indiretos no Centro da cidade, além de ser fonte importante de impostos para o município. Outras empresas de pequeno porte estão instaladas no Centro.

O comércio ganha força com a economia estável da cidade, que ainda experimenta um aumento no fluxo turístico na última década. Um dos fatores mais importantes que a economia de Antônio Carlos oferece é a possibilidade aos jovens de permanecerem no campo, evitando assim o êxodo rural. A maioria opta pela garantia da qualidade de vida.

Deputado Patrício Destro (PSB)

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0333.8/2015

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Lurdes, com sede no município de Lebon Régis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Lurdes, com sede no município de Lebon Régis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Dirceu Dresch

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Lurdes, com sede e foro no município de Lebon Régis é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sendo que não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, associados, benfeitores ou equivalentes pelo exercício do cargo ou função.

Tem como objetivo colaborar com uma sociedade mais justa, que melhore a qualidade de vida de seus associados e da sociedade local e regional.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual almejada por esta entidade a tornará apta a usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover os fins e objetivos propostos.

Considerando a relevância dos serviços prestados por esta entidade à sociedade catarinense, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em

Deputado Dirceu Dresch

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 0026.6/2015

Acrescenta § 3º ao art. 32 da Lei Complementar nº 156, de 1997, que "Dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos e adota outras providências", para possibilitar o pagamento, na modalidade de cartão de crédito ou de débito, das custas dos serviços e atos forenses e dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

Art. 1º Fica acrescido § 3º ao art. 32 da Lei Complementar nº 156, de maio de 1997, com a seguinte redação:

"Art.32.
.....

§ 3º As custas dos serviços e atos forenses e os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro poderão ser pagos na modalidade de cartão de crédito ou de débito." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

Lido no Expediente
Sessão de 19/08/15

JUSTIFICATIVA

O objetivo do epígrafado Projeto de Lei Complementar visa acrescentar o § 3º ao art. 32 da Lei Complementar nº 156, de 1997, que "Dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos e adota outras providências", permitindo, assim, a possibilidade de o cidadão pagar na modalidade de cartão de crédito ou de débito as custas dos serviços e atos forenses e os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

Importante destacar que o Estado, ao exigir do cidadão um serviço público essencial, como os serviços, atos forenses e os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, meramente burocrático, não pode restringir o acesso da população, impondo dificuldades como a não aceitação de pagamentos via cartão de crédito ou de débito.

Diante do exposto, entendo que essa seja uma medida de grande relevância social, por isso peço apoio aos meus ilustres Pares para aprovação do Projeto de Lei em tela.

Deputado Gelson Merisio

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 103/2015

Reconhece o Município de Peritiba como a Capital Catarinense do KerbFest.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O Município de Peritiba fica reconhecido como a Capital Catarinense do KerbFest.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 12.397, de 22 de outubro de

2002.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0181.2/2015
O Projeto de Lei nº 0181.0/2015 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0181.2/2015

Denomina Pedro Merhy Seleme a ponte sobre o Rio Negro que liga o Município de Três Barras, no Estado de Santa Catarina, à divisa do Estado do Paraná, no Município de São Mateus do Sul.

Art. 1º Fica denominada Pedro Merhy Seleme a ponte sobre o Rio Negro que liga o Município de Três Barras, no Estado de Santa Catarina, à divisa do Estado do Paraná, no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,

Deputado Cesar Valduga

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 18/08/15

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 19/08/15

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 181/2015

Denomina Pedro Merhy Seleme a ponte sobre o Rio Negro, que liga o Município de Três Barras, no Estado de Santa Catarina, à divisa do Estado do Paraná, no Município de São Mateus do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Pedro Merhy Seleme a ponte sobre o Rio Negro que liga o Município de Três Barras, no Estado de Santa Catarina, à divisa do Estado do Paraná no Município de São Mateus do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 245/2015

Institui o mês Junho Vermelho, dedicado à realização de campanhas de incentivo para a doação de sangue, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o mês Junho Vermelho, dedicado à realização de campanhas de incentivo para a doação de sangue, no Estado de Santa Catarina, priorizando:

I - a conscientização da população sobre a importância da doação de sangue;

II - o estímulo à realização da doação de sangue;

III - o incentivo aos órgãos da Administração Pública estadual, empresas, entidades de classe, associações, federações e à sociedade civil organizada para se engajarem nas campanhas de incentivo.

Art. 2º O mês Junho Vermelho passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0303.2/2014

O Projeto de Lei nº 0303.2/2014 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0303.2/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma (ASSECRI), de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma (ASSECRI), com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado José Nei Alberton Ascari
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 18/08/15

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 303/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma (ASSECRI), de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma (ASSECRI), com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0419.2/2013

O art. 1º do Projeto de Lei nº 0419.2/2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 15.390, de 21 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o benefício assistencial de caráter financeiro no valor de R\$ 419,25 (quatrocentos e dezenove reais e vinte cinco centavos), devido, mensalmente, a cada nascido com vida de gestação múltipla com três ou mais nascituros, a ser reajustado no mês de outubro de cada ano, de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou pelo índice que vier a substituí-lo, observadas as demais condições estabelecidas nesta Lei.

.....' (NR)"

Sala da Comissão,
Deputada Angela Albino

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/08/15

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 19/08/15

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 419/2013

Altera o caput dos arts. 1º e 2º da Lei nº 15.390, de 2010, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla, para estabelecer indexador e nova data do término do benefício.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 15.390, de 21 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o benefício assistencial de caráter financeiro no valor de R\$ 419,25 (quatrocentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos), devido, mensalmente, a cada nascido com vida de gestação múltipla com três ou mais nascituros, a ser reajustado no mês de outubro de cada ano, de acordo com a variação integral do

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou pelo índice que vier a substituí-lo, observadas as demais condições estabelecidas nesta Lei.

....." (NR)

Art. 2º O caput do art. 2º da Lei nº 15.390, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O benefício instituído por esta Lei será devido até a data em que os beneficiários completarem os 12 (doze) anos de vida.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 420/2013

Dispõe sobre o Programa de Atendimento Voluntário aos Alunos com Deficiência no Aprendizado Escolar e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo estadual fica autorizado a instituir, em articulação com os Municípios, no âmbito dos estabelecimentos de ensino público estadual de nível fundamental e médio, o Programa de Atendimento Voluntário aos Alunos com Deficiência no Aprendizado Escolar.

Parágrafo único. Poderão ser voluntários professores e especialistas de educação, em atividade ou inativos, ou ainda as pessoas que comprovarem junto à direção da escola a capacitação necessária para o desempenho da atividade.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei tem por objetivo estimular a comunidade a prestar orientação, acompanhamento e suporte aos estudantes que apresentarem, ao final de cada bimestre, baixo rendimento escolar, detectada pelo corpo docente.

Parágrafo único. A orientação e o suporte referidos no caput deste artigo serão dados sob a forma de atendimento individualizado, aulas de reforço, ajuda nos deveres escolares ou outra atividade, a critério do corpo docente.

Art. 3º O atendimento aos alunos será feito no próprio estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Na hipótese de não existir espaço adequado no estabelecimento escolar, a direção poderá articular-se com outros locais, a exemplo de bibliotecas, associações comunitárias, centros sociais ou outras entidades existentes na comunidade para implantação do Programa.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14/15

Modifica o inciso VI do parágrafo único do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para incluir o Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil na concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais por parte do Estado.

Art. 1º O inciso VI do parágrafo único do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173....."

VI - concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais estaduais, municipais e privadas, em especial à Academia Catarinense de Letras, à Academia Catarinense de Letras e Artes, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, à Associação Cultural Cinemateca Catarinense, à Federação Catarinense de Teatro e ao Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil;

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de agosto de 2015.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***